



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Denise da Silva Batista

**O PAPEL DA DEMOCRACIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO
GOVERNO BIDEN**

Brasília
2023

DENISE DA SILVA BATISTA

**O PAPEL DA DEMOCRACIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO
GOVERNO BIDEN**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais, pela
Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dr. Maria Helena de Castro
Santos

Coordenador: Rodrigo Pires de Campos

Brasília

2023

**O PAPEL DA DEMOCRACIA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DO
GOVERNO BIDEN**

Aprovado em: 17 de 02 de 2023

Prof. Dr. Maria Helena de Castro Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, os melhores amigos e incentivadores que eu poderia ter. Pai, sua força e sabedoria me inspiram todos os dias, obrigada por sempre me apoiar. Mãe, seu carinho e cuidado me dão coragem pra seguir em frente sabendo que sempre tenho um lugar seguro para voltar, obrigada pelo amor incondicional. Sou eternamente grata a Deus por ter me dado os melhores pais do mundo. Obrigada pelas lições, conselhos, por sonharem comigo e por nunca terem soltado minha mão ao longo da jornada. Obrigada por, acima de tudo, terem andado ao meu lado me ensinando o caminho que deveria percorrer e me mostrando que o bem mais valioso da minha vida é Jesus. Se eu cheguei até aqui foi porque vocês nunca desistiram de mim. Eu amo vocês.

Biel, meu irmãozinho. Obrigada por ser meu amigo e companheiro em todas as horas. Obrigada pelas conversas, pelas risadas, pelas caronas e pelas aventuras. Sem você minha vida perde totalmente a graça e agora, a mais de 1000 km de distância, descobri que te amo muito mais do que imaginava. Te agradeço por sempre estar disposto a me ajudar em qualquer circunstância e a me ouvir nos meus dias mais falantes. Deus também me deu o melhor irmão do mundo, obrigada por ser exatamente do jeito que você é.

Agradeço às minhas amigas Laura, Isabella e Marcela. Sou tão feliz por poder desfrutar da companhia de cada uma de vocês, obrigada por estarem sempre por perto para chorar e para sorrir, vocês também são minhas irmãs. A toda a minha família pernambucana, aqui representada, como vocês diriam, por Alice e por Laura. Um dos grandes privilégios da minha vida foi ter encontrado outro lar longe do meu. Obrigada por dividirem a casa, os sonhos e as alegrias, amo todos vocês. Aos meus Reimigos, que ao longo dos mais de quatro anos de graduação compartilharam todos os desafios, todas as piadas, todas as aulas on-line, todos os desesperos de final de semestre e todas as vitórias também. Amo todos vocês, obrigada por serem os melhores companheiros e amigos para dividir a graduação que eu poderia ter.

Agradeço à UnB, ao Instituto de Relações Internacionais e a todos os professores pelos ensinamentos e por todo aprendizado. Agradeço, em especial, à professora Maria Helena pela orientação neste trabalho e em todos os anos de PIBIC. Obrigada por compartilhar seu conhecimento, pela dedicação, pelo cuidado e por todas as histórias engraçadas, a senhora fez toda a diferença e tornou esta dissertação possível.

Por último, agradeço àquele que, na verdade, é o primeiro. Se carrego uma certeza nos meus curtos vinte e dois anos de vida é esta: o meu maior tesouro é Cristo. Sem Ele não sou

nada, não tenho nada, não posso fazer nada. Toda honra, glória e louvor sejam dados àquele que me resgatou das trevas para sua maravilhosa luz. Obrigada, meu Deus, porque sua mão me sustentou até aqui. Obrigada pela sua fidelidade e pelo seu amor. Obrigada por iluminar meu caminho nas noites mais escuras. Obrigada pelas promessas que já se cumpriram e por aquelas que ainda estão por vir. Aguardo com grande expectativa os sonhos que o Senhor sonhou para mim.

In the battle between democracy and autocracies, democracies are rising to the moment, and the world is clearly choosing the side of peace and security. This is the real test, and it's going to take time. [...] We will save democracy. As hard as these times have been, I am more optimistic about America today than I have been my whole life - President Joe Biden's State of the Union. Março, 2021.

RESUMO

As estratégias de política externa da maior parte dos governos americanos no período pós Guerra-Fria foram marcadas pelo estabelecimento da promoção da democracia como instrumento garantidor de segurança, paz e da manutenção dos valores e interesses americanos no cenário mundial. Este trabalho procura analisar o papel da democracia nas estratégias de política externa da administração Biden e a sua vinculação com a segurança. O estudo foi feito por meio do método de análise de conteúdo, qualitativos e quantitativos, dos discursos do Presidente Biden e dos seus Secretários de Estado e Defesa. A partir desse exame, vemos que na administração Biden a democracia é tida como a grande força capaz de combater o avanço de regimes autocráticos de outras potências e de vencer os desafios impostos ao longo do século XXI. Biden afirma que *democracies can still deliver*, ou seja, no embate direto com as autocracias, os governos democráticos são os mais capazes de entregar os resultados necessários para o bem-estar de suas populações e garantir a segurança mundial.

Palavras-chave: Democracia, Segurança, Política Externa, Governo Biden.

ABSTRACT

The foreign policy strategies adopted by most of the American governments in the post-Cold War period were well known for establishing democracy as an instrument that guaranteed security, peace and maintained American values and interests on the world stage. This research paper aims to analyze the role of democracy in the foreign policy strategies of the Biden administration and its link with security. The study and its findings are based on a qualitative and quantitative content analysis of President Biden's and his Secretaries of State and Defense speeches. The analysis of the speeches identified that for the Biden administration the value of democracy is seen as a powerful ideology capable of combating the advance of other powers' autocratic regimes and of overcoming the challenges imposed throughout the 21st century. Biden claims that democracies can still deliver, that is, in the clash of democracies and autocracies, the former are the most capable to provide the necessary results for the well-being of their citizens and guaranteeing world security.

Keywords: Democracy, Security, Foreign Policy, Biden Administration

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Considerações Metodológicas.....	12
2. Valores e Tradições Liberais Estadunidenses.....	15
3. A Exportação de Democracia nos Governos Clinton e Bush.....	17
3.1. Primeiro Princípio.....	19
3.2. Segundo Princípio.....	20
3.3. Terceiro Princípio.....	22
3.4. Missão Americana.....	23
4. A Estratégia de Obama: Leading From Behind.....	25
5. A Administração de Donald Trump: America First.....	30
6. A Política de Joe Biden: Democracies Can Still Deliver.....	32
6.1. Eixos Temáticos da Política Externa de Biden.....	35
6.2. Democracias Vs. Autocracias.....	39
6.2.1. A Influência da Política Doméstica.....	42
6.2.2. Democracies Can Still Deliver.....	43
6.3. Princípios e Missão Americana na Administração Biden.....	44
CONCLUSÃO	47
ANEXO	49
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos da América, principal potência política, econômica e bélica global, exercem enorme influência nos arranjos geopolíticos, nos sistemas econômicos e financeiros e na balança de poderes do Sistema Internacional a partir do final da Primeira Guerra Mundial e sobretudo após a Segunda Guerra. Dessa forma, percebemos que a maneira como esse país organiza e define seus objetivos, necessidades e interesses na política doméstica e, principalmente, na política externa, afeta diretamente o status da paz e da segurança internacional, além de influenciar as estratégias de segurança nacionais, regionais e internacionais adotadas pelos outros países. É, portanto, de grande importância analisar as principais agendas e estratégias de política externa da administração de Joe Biden para compreender e analisar o atual cenário da segurança global e as possíveis tendências que venham surgir. Chama-se a atenção para a importância da democracia e sua promoção nessa agenda de política externa e para sua vinculação com a defesa.

As estratégias de política externa e de defesa de quase todos os governos estadunidenses no período pós Guerra-Fria foram marcadas pelo estabelecimento da promoção da democracia como instrumento diplomático garantidor de segurança, paz e da manutenção dos valores e interesses americanos no cenário mundial. O papel da democracia na construção dos parâmetros da política externa americana perpassou, mesmo que em diferentes graus e dotado de múltiplas nuances, os governos de Bill Clinton (1993 - 2001), George W. Bush (2001 - 2009) e Barack Obama (2009 - 2017). Durante o Governo de Donald Trump (2017 - 2021), no entanto, percebeu-se uma mudança nos eixos direcionadores das políticas externa e de defesa bem como o abandono dos ideais democráticos e da exportação de democracia como estratégia de promoção dos interesses estadunidenses.

Na administração de Joe Biden (2021 - atualmente) vemos o retorno da democracia como um dos instrumentos principais na construção da política externa dos Estados Unidos, contudo, não se trata de uma estratégia de exportação de democracia como as encontradas nos governos Clinton e Bush, bem como não se enquadra totalmente nos métodos de utilização da democracia no governo Obama, estratégia denominada de *Leading from behind*, como veremos à frente. Biden afirma em várias ocasiões, de várias maneiras e em vários discursos: *democracies can still deliver*, ou seja, na sua administração a democracia, tanto na política doméstica quanto na política externa, é vista como a grande força capaz de combater o avanço de regimes autocráticos de outras potências, principalmente Rússia e China, e de vencer os

desafios impostos ao longo do século XXI, *delivering*, ou entregando os resultados necessários, para o bem-estar das populações tanto dos EUA, quanto do resto do mundo.

Para compreender o papel da democracia na construção dos parâmetros da política externa do governo Biden é necessário que antes investiguemos os valores e as tradições liberais estadunidenses, um conjunto de princípios morais e políticos presentes na construção de toda a administração governamental e da política externa dos Estados Unidos desde os *Founding Fathers* e, depois, analisemos o uso desses recursos nos processos de *policy making* das administrações anteriores, a partir de Bill Clinton, o primeiro governo considerado verdadeiramente pós Guerra-Fria.

Essa análise será baseada em uma revisão bibliográfica de literaturas sobre exportação de democracia e política externa americana, além de utilizar a análise de conteúdo qualitativa e quantitativa dos discursos do Presidente Joe Biden e de seu Secretário de Estado, Anthony Blinken, e Defesa, Lloyd Austin, retirados, respectivamente, do *American Presidency Project*¹ no site da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, do site do Departamento de Estado² e do site do Departamento de Defesa³ dos EUA.

O período de análise do presente trabalho abrange os últimos cinco governos dos Estados Unidos, respectivamente: Bill Clinton (1993 - 2001), George W. Bush (2001 - 2009), Barack Obama (2009 - 2017), Donald Trump (2017 - 2021) e Joe Biden (2021 - atualmente). O foco principal de análise gira em torno da administração Biden e do papel da democracia na construção de sua política externa, no entanto, examinaremos também os governos do pós Guerra-Fria, a partir de Clinton, com o objetivo de mapear e contextualizar o relacionamento da democracia com o fortalecimento da segurança americana e a promoção de seus valores, interesses e tradições liberais até a presente administração.

Desse modo, o trabalho estará dividido em seis partes, primeiramente, serão expostas as considerações acerca do método escolhido, o *process tracing*, a análise de discurso (AD), e seus conteúdos quantitativos e qualitativos, além de explicações acerca das categorias temáticas definidas para o estudo da política externa da administração Biden. Em segundo lugar, partiremos para o exame dos valores e tradições liberais que perpassam todo o processo de *policy making* dos Estados Unidos desde os *Founding Fathers* e que influenciam diretamente no estabelecimento de ideais democráticos como estratégias de política externa.

¹ O American Presidency Project é um projeto sem fins lucrativos e apartidário conduzido pela Universidade de California em Santa Barbara, e está disponível em <https://www.presidency.ucsb.edu/>.

² O Site do Departamento de Estado dos EUA disponibiliza, na íntegra, os discursos do Secretário de Estado e de seus assessores em: <https://www.state.gov/remarks-secretary-blinken/>

³ O Site do Departamento de Defesa dos EUA disponibiliza, na íntegra, os discursos do Secretário de Defesa em: <https://www.defense.gov/News/Speeches/?Page=6>

A partir disso, veremos a aplicação desses princípios na prática, primeiro nos governos que os difundiram mais radicalmente, Clinton e Bush, por meio de estratégias ativas de exportação de democracia e, em seguida, nas táticas alternativas, e mais moderadas, utilizadas na administração Obama, abordagem que foi chamada de *Leading from Behind*. A seguir, faremos também uma breve apuração da administração Trump, considerada um *outlier* por afastar-se da propagação da democracia, e dos princípios e valores liberais, como eixos direcionadores das suas políticas, tanto domésticas como externas.

Finalmente, passaremos ao foco principal de análise: o papel da democracia na formulação da política externa na administração Biden, vista pelos tomadores de decisão, cujos discursos foram examinados, como o grande ideal propulsor capaz de enfrentar o crescimento das autocracias do séc.XXI, bem como os demais desafios climáticos, de segurança, saúde coletiva e, em suas próprias palavras, capaz de “vencer o século XXI”. Assim, Biden defende: “*We're going to work together to prove that democracies can still compete and win in the 21st century. We can deliver for our people, and in the face of a rapidly changing world.*”⁴

⁴ The President's News Conference With Prime Minister Yoshihide Suga of Japan April 16, 2021. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-with-prime-minister-yoshihide-suga-japan>

1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

No presente trabalho foram levantadas fontes primárias em análises quantitativas e qualitativas dos discursos do Presidente Joe Biden e de seus Secretários de Estado e Defesa por meio do método de *process tracing* (rastreamento ou mapeamento de processos). David Collier (2011) descreve o método de *Process Tracing* como uma ferramenta fundamental da análise qualitativa, definindo-o como o exame sistemático de evidências diagnósticas selecionadas e analisadas à luz das perguntas de pesquisa e hipóteses colocadas pelo investigador. O autor destaca que o *process tracing* pode contribuir decisivamente para descrever fenômenos políticos e sociais bem como afirma que ferramentas qualitativas podem agregar alavancagem dentro de uma análise quantitativa (COLLIER, 2011). Nesse sistema de investigação, portanto, o pesquisador utiliza fragmentos de evidência, advindas de documentos, arquivos, transcrições de discursos e entrevistas com o objetivo de verificar a procedência causal das hipóteses teóricas levantadas.

Já no âmbito da análise de discurso, Rocha e Camargo (2011) afirmam que a língua nem sempre foi tomada como um fenômeno intrinsecamente ideológico e histórico, no entanto, ao longo do séc.XX com as contribuições decisivas de Michel Pêcheux (1990) e o surgimento da Análise de Discurso Francesa inaugurou-se uma abordagem investigativa que compreende o discurso, também, como um fenômeno histórico, ideológico e político. As autoras destacam, portanto, que “a teia discursiva guarda uma multiplicidade de marcas, pistas, que conduzem o interlocutor aos sentidos e significados, ideologicamente direcionados, ali presentes” (ROCHA; CAMARGO, 2011). Entendemos, portanto, que a AD é um instrumento valioso para a compreensão e análise da formação ideológica de um ator político pois é pela linguagem que essas inclinações se manifestam.

No campo das Relações Internacionais a utilização desse recurso remonta às décadas de 1980 e 1990 com a virada linguística do terceiro debate das R.I., discussões paradigmáticas principalmente entre realistas e neoliberais (ROCHA; CAMARGO, 2011). As autoras destacam:

A emergência de novos temas nas Relações Internacionais evidenciou um deslocamento das reflexões “estadocentristas” para uma visão mais humana da disciplina, onde o indivíduo e suas particularidades passam a ganhar relevância. Essa nova tendência possibilita que a disciplina se abra para a absorção de estudos interdisciplinares e, nesse ínterim, acreditamos que, entre as muitas possibilidades existentes, a Análise de Discurso representa uma área rica, capaz de contribuir com eficiência para o entendimento das temáticas da agenda internacional contemporânea (ROCHA; CAMARGO, 2011).

Analisando a linguagem pública dos tomadores de decisão estadunidenses após os atentados terroristas de 11 de setembro, Gomes (2011) observa que o discurso ampara as práticas da Guerra ao Terror e é pensado como forma de se atingir determinados objetivos políticos. Assim, entendemos como a linguagem desempenha um papel essencial na construção de identidades políticas nas relações internacionais, bem como o importante papel de determinados discursos para a manutenção do status quo (GOMES, 2011). Além disso, a análise da linguagem destaca o papel dos tomadores de decisão e situa o lugar do homem e da mulher, com suas diferentes culturas e identidades, como construtores da realidade internacional, em oposição a grande parte dos estudos anteriores das Relações Internacionais com foco no estadocentrismo (ROCHA; CAMARGO, 2011). Cabe destacar, ainda no âmbito da AD, que esta não se trata de uma concepção de ciência similar às ciências naturais, que encontram regularidades e prescrevem leis gerais. A Análise de Discurso procura entender e interpretar sentidos socialmente construídos e não buscar determinantes causais dos fenômenos (GOMES, 2011).

No presente trabalho o uso da AD mostra-se de grande valia pois permite a compreensão de como os próprios tomadores de decisão interpretam as situações, expõem os valores e tradições liberais estadunidenses e revelam suas intenções para as políticas externa e de defesa. Além disso, o exame de seus discursos também nos permite observar a relação com a mídia, a comunicação com a população e a escolha premeditada de termos e palavras específicas no momento da interlocução com o público em geral.

Assim, com o objetivo de examinar o papel da democracia na formulação das políticas externa na administração Biden, foram analisados todos os discursos do presidente que se encaixam nas seguintes categorias: *State of the Union*, *Inaugural Addresses*, *Addresses to Congress*, *Major Addresses to the Nation*, *News Conference* e discursos para a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)⁵ feitos no período de 20/01/2021 até 02/01/2023. Os discursos foram retirados, conforme indicado, do *The American Presidency Project* no site da Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, totalizando 29 discursos presidenciais.

Também, os discursos do Secretários de Estado Anthony Blinken feitos para o Conselho de Segurança da ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e para a mídia, tanto no recurso oficial do governo estadunidense, a *Press Availability*, e

⁵ Cabe ressaltar que as categoria de discurso escolhidas, tanto para o presidente como para os secretários, seguem o padrão utilizado anteriormente nos seguintes artigos: “Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra-Fria: doutrinas e o uso da força” (CASTRO SANTOS 2010); “The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan” (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2013) e “Interests and Values in Obama's foreign Policy: Leading from Behind?” (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

também em entrevistas para os seguintes veículos: CBS, NBC, ABC, CNN, Washington Post, Fox News e New York Times feitos no período de 27/01/2021 até 02/01/2023. Todos foram retirados do site do Departamento de Estado dos EUA, totalizando 93 discursos. Por fim, foram analisados os discursos proferidos pelo Secretário de Defesa Lloyd Austin no congresso americano, em seminários e academias militares, fóruns e diálogos de segurança, cerimônias do Pentágono e *Press Briefings* feitos no período de 22/05/2021 até 03/01/2023 e reproduzidos no site do Departamento de Defesa dos EUA, totalizando 18 discursos. Dessa forma, foram examinados ao todo 140 discursos dos principais tomadores de decisão dos Estados Unidos quanto às estratégias de política externa. Ao longo dos próximos tópicos serão apresentados alguns excertos pertinentes desses discursos e entrevistas, tanto do presidente como dos secretários.

Se por um lado a análise qualitativa dos discursos, tal como explicado pelo método de *process tracing*, foi útil para a análise das hipóteses levantadas acerca do uso da democracia no governo Biden como estratégia diplomática para manutenção da ordem global do séc.XXI, a análise quantitativa se deu com o principal objetivo de mapear quais são os principais eixos temáticos da política externa do governo Biden, quais as suas grandes preocupações na política de defesa e para a manutenção da segurança dos Estados Unidos.

Assim, os principais eixos temáticos identificados foram: a política dos EUA quanto ao Afeganistão; o combate internacional à pandemia de COVID-19; o combate às mudanças climáticas; o relacionamento do país com a Rússia, juntamente com a invasão da Rússia à Ucrânia; o relacionamento do país com a China; as políticas para fronteira e migração; as preocupações de defesa com o Irã e as preocupações de defesa com a Coreia do Norte. Cada um dos 140 discursos foi analisado com o objetivo de contabilizar quantas referências à esses oito eixos temáticos foram encontradas ao todo. Não foram contabilizadas várias menções a um mesmo eixo temático dentro de um mesmo discurso, apenas se existiu a referência, ou não. Ou seja, se em um discurso foram encontradas várias menções ao combate às mudanças climáticas, por exemplo, consideramos apenas que, sim, naquele discurso o eixo temático “Combate às mudanças climáticas” está presente, não importando se essa menção é feita uma ou várias vezes. Além disso, contabilizamos também quantas vezes os tomadores de decisão fizeram referência à defesa da democracia em outros países, ou seja, ao tema *democracies can still deliver*

Finalmente, o referencial teórico aqui utilizado apoiou-se, majoritariamente, na literatura de democratização da Terceira Onda e em uma revisão bibliográfica de literaturas sobre exportação de democracia, política externa americana e a administração Biden.

2. VALORES E TRADIÇÕES LIBERAIS ESTADUNIDENSES

O estabelecimento de ideais democráticos como estratégia de defesa e de política externa dos Estados Unidos é diretamente influenciado pelos valores, tradições e interesses da denominada Tradição Liberal Americana (HARTZ, 1995). Desde os *Founding Fathers* o discurso político estadunidense é inspirado por esses ideais e, portanto, para compreender o papel da democracia na construção dos parâmetros da política externa do governo Biden é necessário que antes investiguemos os valores e as tradições liberais estadunidenses.

Castro Santos e Teixeira (2015) afirmam que a Tradição Liberal Americana, de maneira resumida, é um tipo específico de liberalismo desenvolvido nos Estados Unidos que pode ser rastreada até os *Founding Fathers* e se baseia em um específico conjunto de princípios morais e políticos:

Ela [Tradição Liberal] coloca o indivíduo no centro da vida política e vê cada pessoa como possuidora de alguns direitos inalienáveis. Os liberais enfatizam a liberdade individual e desconfiam do poder não controlado. Eles também acreditam que a democracia é a melhor forma de governo e favorecem o estado de direito, a liberdade de expressão e as economias de mercado. Eles finalmente defendem que a maioria dos seres humanos estaria melhor se essas práticas fossem universais. (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015). (Tradução Nossa)

Assim, vemos que o liberalismo americano afirma não só que a democracia se trata da melhor forma de governo como também que a universalidade da sua aplicação contribui para o benefício de toda a humanidade. Além da defesa dos princípios democráticos, a tradição liberal também preconiza a defesa do direito à propriedade individual e traz especial ênfase à prevalência dos interesses dos cidadãos sobre os interesses do governo (TEIXEIRA, 2011).

Ao longo da história dos EUA vemos a subsistência, e também a propagação, desses valores e princípios liberais que influenciam diretamente a percepção dos americanos, entendendo seu país como uma nação dotada de *special uniqueness* e responsável por desempenhar um papel indispensável diante da humanidade. Ao examinar a origem dos valores e tradições liberais, Teixeira (2011) destaca o aspecto religioso que impulsionou o avanço desses ideais. A visão de líderes puritanos que enxergavam a migração inglesa para os Estados Unidos como a simbolização do povo israelita se movendo em direção à Nova Canaã inspirou fortemente o nacionalismo americano com a crença de que o novo país seria “o instrumento divino escolhido para levar ao mundo um governo e uma sociedade na qual os indivíduos finalmente possuiriam as liberdades que Deus havia concedido.” (TEIXEIRA, 2011).

Após o período de colonização inglesa, vemos os mesmos padrões de liberalismo político nos subseqüentes governos estadunidenses. Na administração de Theodore Roosevelt, 26º presidente dos EUA, percebemos que a categorização de uma nação verdadeiramente livre se baseava na escolha de seu povo em se tornar “o tipo certo de sociedade”, ou seja, uma sociedade considerada livre, correta e civilizada era apenas aquela que compartilhava do mesmo sistema político e econômico dos Estados Unidos (QUINN, 2013). Desse modo, a liberdade verdadeira e o progresso social pleno não incluíam uma série de caminhos alternativos de desenvolvimento, pelo contrário, deveriam se adequar aos padrões do liberalismo americano. Quinn (2013) destaca ainda que muitos pensadores americanos na época defendiam que um Estado livre deveria necessariamente resultar em algo semelhante ao liberalismo americano e, se esse não fosse o caso, a nação em questão não havia se tornado de fato livre, e toda intervenção adicional necessária para corrigir essa falha passava a ser legítima.

No período da Guerra-Fria, Robert Packenham (1973) percebeu a prevalência da tradição liberal nas doutrinas de política externa elaboradas pelos tomadores de decisão americanos bem como nas teorias em relação aos países em desenvolvimento, todas essas compartilhavam o mesmo corpo básico de idéias centrais baseado em premissas da tradição liberal. Já no pós Guerra-Fria, Castro Santos (2010) afirma que tanto a literatura de democratização da 3ª Onda de Democracia (HUNTINGTON, 1991) quanto as doutrinas de política externa do hegemom voltadas para a difusão da democracia também compartilham os mesmos conceitos, princípios e valores básicos semelhantemente voltados para a tradição liberal americana.

Cabe ainda apontar que a dominância da tradição liberal nas estratégias de política externa e de defesa dos EUA não fica restrita ao *policy making* de um partido específico. Como veremos a seguir, a influência desses valores cruzam as linhas partidárias unindo Democratas liberais e Republicanos neoconservadores sendo a base das táticas de propagação da democracia com Clinton, da Guerra ao Terror com Bush e da estratégia *leading from behind* com Obama (CASTRO SANTOS, 2010).

Finalmente, destaco que a ampliação universal dos valores liberais americanos, e por conseguinte do sistema democrático que os acompanham têm como principal objetivo, ao menos na teoria, construir um mundo onde a paz democrática impera. Baseado nas doutrinas wilsonianas, Smith (2013) afirma que a ambição final dos elementos liberais, se combinados da maneira correta, é a marca registrada do wilsonianismo, ou seja, a crença de que se expandidos o suficiente, o liberalismo americano tem a capacidade de criar uma ordem

mundial de paz duradoura, contribuindo para a segurança do mundo mas, principalmente, dos EUA.

A partir disso, e também antes de examinarmos mais a fundo as administrações americanas nos próximos tópicos, é imperativo destacar as críticas feitas à tradição liberal aqui apresentada. Os valores “universais” americanos de liberdade e democracia para os povos são tidos por muitos estudiosos como forma de camuflar interesses predatórios dos Estados Unidos em áreas políticas e econômicas. Assim, Smith destaca que o liberalismo americano muitas vezes se camufla com palavras como “democracia”, “liberdade”, ‘prosperidade’ e ‘liderança americana’, ideais teoricamente pacíficos e que culminariam em uma “paz duradoura”. No entanto, esse discurso esconde um “self-interested, predatory global economic system that enriches the few, keeps weak ‘democratic’ states beholden to corporate influence, which in due course will feed conflict domestically, regionally and globally in a manner that may well sap the strength of the United States.” (SMITH, 2013).

3. A EXPORTAÇÃO DE DEMOCRACIA NOS GOVERNOS CLINTON E BUSH

Como explicado, a tradição liberal americana, conjunto de ideais que defendem a universalização da democracia e dos valores de liberdade estadunidenses, influenciou diretamente a formalização das estratégias de política externa dos Estados Unidos desde o processo de formação do país. Castro Santos (2010) afirma que após o final da Guerra Fria, principalmente a partir do governo Clinton, com a pulverização do mundo comunista e de algumas das principais fontes de ameaças à segurança dos EUA, a democracia passou a ocupar lugar de destaque na construção da política externa do país e vemos, novamente, a influência direta dos valores liberais na exportação ativa de democracia. Huber (2015) argumenta que a grande onda de atividades de promoção da democracia nos Estados Unidos, no entanto, veio com o primeiro governo Bush. Enfrentando um mundo altamente incerto após os atentados de 11 de setembro, Bush começou a ver a falta de democracia no mundo árabe como o terreno fértil para as *ideologies of murder* e desenvolveu sua *Freedom Agenda*, que fez da promoção da democracia uma missão dos EUA em direção a todo o mundo, com foco principal no Oriente Médio (HUBER, 2015).

Ao investigar o lugar que ocupam segurança e democracia na construção da política externa dos governos Clinton e Bush, Castro Santos (2010) encontrou três princípios e uma “missão americana” recorrentemente presentes nos discursos dos presidentes e secretários de Estado, os quais, numa comunicação posterior, juntaram-se aos discursos dos Secretários de

Defesa (Castro Santos e Teixeira, 2013), grandes responsáveis por justificar a exportação de democracia pelo uso da força:

A partir do exame qualitativo de 415 discursos, foi possível identificar empiricamente três princípios que formariam as bases da política externa americana. Foi também possível reconhecer claramente uma "missão americana" perante o mundo. São eles:

(1) Os valores e princípios da democracia liberal ocidental são universais, isto é, todos os povos do mundo desejam tornarem-se democráticos. Portanto, a promoção da democracia é para o bem da humanidade.

(2) Democracias não lutam entre si. Portanto, exportar democracia significa promover a paz mundial. Aqui democracia é ligada à segurança global.

(3) A promoção da democracia faz o mundo mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Aqui democracia é ligada à segurança e aos interesses americanos.

Missão: Os americanos estão imbuídos de uma missão perante a humanidade: trazer-lhe liberdade e democracia. (CASTRO SANTOS, 2010)

Assim, vemos nos três Princípios e na Missão a forte influência da tradição liberal americana e uma explícita ligação feita entre a prevalência da democracia e o avanço nas questões de segurança.

Entendemos, portanto, o papel claro que a democracia exercerá nos pilares ideológicos das administrações Clinton e Bush: a exportação da democracia e a propagação dos valores e tradições americanas ocorre para o bem de todos pois amplia a segurança mundial, a segurança dos Estados Unidos e corrobora com o estabelecimento dos interesses políticos e econômicos do país. No Governo Bush, por exemplo, a partir do *National Security Strategy* de 2002, divulgado após os atentados de 11 de setembro de 2001, percebemos o grande reavivamento do interesse sobre o lugar da promoção da democracia na política externa dos Estados Unidos. Isso enfatizou que os EUA tinham que aceitar tanto a necessidade de uma guerra preventiva no ambiente de segurança alterado do início do século XXI quanto a importância da promoção da democracia para a política externa e de segurança dos EUA (CALLAGHAN; O'CONNOR; PHYTHIAN, 2019).

Também por meio do exame qualitativo dos discursos, Castro Santos (2010) identifica frequentemente a utilização dos princípios e da missão ligados aos problemas específicos enfrentados por cada governo, ou seja, durante a administração Clinton a exportação da democracia é utilizada como estratégia para justificar o alargamento da OTAN e o ataque aéreo nos Balcãs enquanto na administração Bush ela justifica a Guerra ao Terror e as invasões ao Afeganistão e ao Iraque. Em Obama, como será analisado, os princípios liberais democráticos se entrelaçam às estratégias de combate ao Estado Islâmico e às intervenções na

Líbia e na Síria. E no caso do governo Biden, que também veremos à frente, a mesma coisa permanece acontecendo. Os atuais desafios enfrentados pela administração, exemplificados especialmente no avanço das autocracias e na invasão da Rússia à Ucrânia, se tornam o pano de fundo no qual os princípios da tradição liberal americana e a propagação da democracia vão atuar. Apesar desse governo não se engajar ativamente na exportação da democracia para promoção desses princípios, como será demonstrado, os Estados Unidos continuam desempenhando sua missão democratizadora por meio do discurso diplomático em defesa das democracias ao redor do mundo.

3.1. PRIMEIRO PRINCÍPIO

Quando se trata da propagação do primeiro princípio, ligado à universalidade dos valores liberais ocidentais, ou seja, a tese de que todos os povos desejam se tornar democráticos, Clinton e Bush enfatizam repetidamente a abrangência da democracia bem como o desejo de todos os outros povos em absorverem essa forma de governo:

Today, there are still those who claim that democracy is simply not applicable to many cultures, and that its recent expansion is an aberration, an accident in history that will soon fade away. But I agree with President Roosevelt, who once said, "The democratic aspiration is no mere recent phase of human history. It is human history." (Address by President Bill Clinton to the UN General Assembly, 1993)

There is a current in history, and it runs toward freedom. Our enemies resent it and dismiss it. But the dreams of mankind are defined by liberty: the natural right to create and build and worship and live in dignity. When men and women are released from oppression and isolation, they find fulfillment and hope, and they leave poverty by the millions. (George W. Bush, Remarks to the United Nations General Assembly in New York, 2001).

Segundo Castro Santos, a crença na universalidade dos princípios da democracia liberal ocidental foi grandemente impulsionada com a vitória americana na guerra-fria pois foi interpretada como a vitória do sistema de valores, princípios e ideias da democracia liberal sobre o comunismo e, portanto, isso só poderia significar que todos os povos do mundo desejam se tornar democráticos. (CASTRO SANTOS, 2010)

Da mesma forma, os Secretários de Estado das duas administrações reiteram a universalidade da democracia ocidental nos moldes americanos e o anseio por mais liberdade. No primeiro excerto podemos ver Warren Christopher, secretário de Estado no governo Clinton no período de 1993 a 1997, defendendo a aplicabilidade universal da democracia e no segundo temos Condoleezza Rice, Secretária de Estado do governo Bush no período de 2005 a 2009, destacando a compatibilidade dos princípios democráticos com o Iraque durante as eleições no país:

While we recognize that each nation must find its own path, consistent with its own history, we believe that these ideals of the Universal Declaration reflect the values not just of the United States, but of countries and cultures all over the world (Warren Christopher, *The Us & China: Building a New Era of Cooperation*, 1996). (APUD CASTRO SANTOS, 2010)

The Iraqi people are showing their bravery and they're demonstrating yet again that these values of the desire for liberty and freedom are universal values. They're not values that have to be imposed from the outside; they're universal values. (Condoleezza Rice, Interview, CNN, Washington D.C., 2005).

Uma interessante observação da autora sobre os discursos dos Secretários de Estado da administração Bush que fazem referência ao primeiro princípio é que não existe qualquer menção às invasões militares no Afeganistão e no Iraque, ou seja, nessa retórica os Estados Unidos é colocado como um país benevolente que foi ao encontro do desejo dos povos iraquianos e afegãos em se tornarem democráticos, e não como um hegemom ocupando outro país através do uso da força. (CASTRO SANTOS, 2010)

3.2. SEGUNDO PRINCÍPIO

No que diz respeito ao segundo princípio, que defende a exportação de democracia como promotora da paz mundial por acreditar que democracias não lutam entre si, vemos uma aceitação generalizada por parte dos tomadores de decisão americanos das teorias kantianas de paz democrática. Assim, ambos presidentes afirmam:

We're encouraged that President Yeltsin is committed to defend civil liberties, to continue economic reform, to continue foreign policy cooperation toward a peaceful world. Russia is, and must remain, a democracy. Democratic reform in Russia is the basis for a better future for the Russian people, for continued United States-Russian partnership, and for the hopes of all humanity for a more peaceful and secure world. (The President's News Conference, 1993).

Our commitment to liberty is America's tradition, declared at our founding, affirmed in Franklin Roosevelt's Four Freedoms, asserted in the Truman Doctrine and in Ronald Reagan's challenge to an evil empire. We are committed to freedom in Afghanistan, in Iraq, and in a peaceful Palestine. The advance of freedom is the surest strategy to undermine the appeal of terror in the world. Where freedom takes hold, hatred gives way to hope. When freedom takes hold, men and women turn to the peaceful pursuit of a better life. American values and American interests lead in the same direction: We stand for human liberty. The United States upholds these principles of security and freedom in many ways, with all the tools of diplomacy, law enforcement, intelligence, and finance. (George W. Bush, Address to the Nation on Iraq from the U.S.S. Abraham Lincoln, 2003).

É interessante observamos que no discurso do presidente Bush a exportação da democracia está ligada não só à promoção da paz mundial como um todo mas também são

entendidas como estratégias valiosas no combate ao terrorismo, principalmente dentro do contexto da Doutrina Bush e da Guerra ao Terror:

The Middle East will either become a place of progress and peace, or it will be an exporter of violence and terror that takes more lives in America and in other free nations. The triumph of democracy and tolerance in Iraq, in Afghanistan, and beyond would be a grave setback for international terrorism. The terrorists thrive on the support of tyrants and the resentments of oppressed peoples. When tyrants fall and resentment gives way to hope, men and women in every culture reject the ideologies of terror and turn to the pursuits of peace. Everywhere that freedom takes hold, terror will retreat (George W. Bush, Address to the Nation on the War on Terror, 9/07/2003). (APUD CASTRO SANTOS, 2010)

Do mesmo modo, os Secretários de Estado também reiteram o papel da exportação de democracia como asseguradora da segurança mundial. Warren Christopher inclusive é tido como um dos grandes defensores desse princípio mas fica atrás de Condoleezza Rice, Secretária que mais utilizou o segundo princípio repetindo diversas vezes, de várias maneiras diferentes e diante de inúmeros públicos que a paz democrática é a única arma eficaz no combate ao terrorismo. Temos aqui excertos de ambos:

Democracies are not just a moral imperative; they are a practical necessity. Democracies do not threaten their neighbors. They do not practice terrorism. They do not spawn refugees. They respond to the needs of their citizens and thereby achieve greater stability and prosperity for all (Warren Christopher, ASEAN Post-ministerial Conference, July, 1993). (APUD CASTRO SANTOS, 2010)

We believe that the importance of democratic institutions and the growth of democracy, for instance in the Middle East, is going to be a part of getting to a more peaceful and democratic Middle East. And so we spend a good deal of time on those issues. And it's difficult because there are determined enemies that don't want to see a democratic Iraq emerge, because a democratic Iraq is going to change the Middle East. (Condoleezza Rice, Interview, CNN, 2006).

Os Secretários de Defesa de Clinton e Bush também cumprem seus papéis na propagação desse princípio. Aqui vemos trechos de William Perry, Secretário de Clinton entre 1994 e 1997 e Robert Gates, Secretário de Bush entre 2006 e 2001:

We agree that the preservation and promotion of democracy is the basis for our mutual security. We acknowledge that military security forces play a critical role in supporting and defending the legitimate interests of sovereign, democratic states. We recognize that our countries' armed forces should be subordinate to democratic authority, within the bounds of national constitutions, and they must respect human rights. We agree on the value of openness in the discussion of defense matters through exchanges of information, and we have as a goal for our hemisphere the resolution of outstanding disputes by negotiation, not by war. New Generation of U.S.-Mexico Cooperation and Trust (William J. Perry, the Mexican Ministry of Defense, 1995).

In the Afghanistan and Iraq campaigns, one of the most important lessons that has been learned, and to a large extent, relearned is that military success is not sufficient. Our efforts must also address economic development, institution building, the rule of law, promoting internal reconciliation, good or at least decent governance, public services, training and equipping indigenous security forces, effective, strategic communications, and more. These so-called soft capabilities along with military power are indispensable to any lasting success, indeed, to victory itself as Clausewitz understood it, which is achieving a political objective. (Robert M. Gates, Center for Strategic and International Studies, January, 2008).

Assim, vemos que os tomadores de decisão se utilizaram grandemente do princípio da paz democrática para justificar a exportação da democracia, se necessário, pelo uso da força pois essa traria estabilidade e segurança para o mundo.

3.3. TERCEIRO PRINCÍPIO

O Terceiro Princípio liga a promoção da democracia à segurança e à manutenção dos interesses dos Estados Unidos. Assim, vemos Clinton e Bush assegurando que o uso da democracia liberal como estratégia de política externa é garantia da preservação dos interesses vitais dos EUA, tanto do ponto de vista da segurança como da economia:

The third key to our policy is fostering democracy. The new progress of democracy all around the world resonates with our values and our interests. It makes us safer here in the United States. We know democracies are less likely to wage war, to violate human rights, to break treaties. That's why we fought two world wars, to protect Europe's democracies, and why we stood firm for a half a century to contain communism. (Bill Clinton, Interview, 1994).

America's commitment to freedom in Iraq is consistent with our ideals and required by our interests. Iraq will either be a peaceful, democratic country, or it will again be a source of violence, a haven for terror, and a threat to America and to the world./Saddam Hussein was a threat. He was a threat because he had used weapons of mass destruction on his own people. He was a threat because he coddled terrorists. He was a threat because he funded suiciders. He was a threat to the region. He was a threat to the United States. (George W. Bush, News Conference, 2004).

Condoleezza Rice, ideologicamente muito próxima de Bush, também foi grande defensora da democracia como recurso assegurador da segurança dos Estados Unidos:

But the most important point now is that the democracy agenda and the promotion of democracy is not some flight of fantasy. It's not some Utopian hope. It is the only way that we can fully pursue our interests and secure ourselves. (Condoleezza Rice, Interview, NBC, 2007).

Dessa forma, Castro Santos afirma que o argumento principal do terceiro princípio trabalha no sentido de convencer, tanto a população como o Congresso americano, de que a democracia traz segurança e prosperidade para os EUA, servindo aos seus interesses estratégicos, econômicos, políticos e geopolíticos (CASTRO SANTOS, 2010).

3.4. MISSÃO AMERICANA

Por fim, quanto à missão democratizadora americana, em ambas administrações podemos ver uma grande ênfase dada à missão, tida quase como que divina, dos Estados Unidos de levar liberdade e democracia aos povos do mundo. A autora afirma que a missão se trata de uma combinação entre os princípios um e dois aqui expostos, a universalidade dos ideais democráticos e a paz democrática, que se fundem por meio do discurso dos presidentes e secretários criando uma espécie de convocação, um chamado especial expresso pelo destino manifesto para o povo americano compartilhar com os outros povos a democracia liberal (CASTRO SANTOS, 2010).

Callaghan, O'connor e Phythian (2019) argumentam que os Estados Unidos são impulsionados por objetivos ideológicos na busca pela hegemonia mundial, adotando estratégias que exigiam a força necessária não apenas para se equilibrar contra os adversários, mas também para vencê-los e democratizá-los. Esse objetivo seria fundamentado em um credo nacional que considerou a disseminação da liberdade e da democracia central para a identidade dos EUA e para seu papel no mundo (CALLAGHAN; O'CONNOR; PHYTHIAN, 2019).

Madeleine Albright, Secretária de Estado no governo Clinton de 1997 a 2001, foi aquela que mais se referiu à missão democratizadora durante essa administração e se tornou a grande responsável por enfatizar que o poder americano não vem apenas da sua economia e pessoal militar mas também dos ideais democráticos. Aqui, destaco sua clássica fala sobre a importância do papel dos EUA no mundo:

Let me say that we are doing everything possible so that American men and women in uniform do not have to go out there again [...] But if we have to use force, it is because we are America; we are the indispensable nation. We stand tall and we see further than other countries into the future, and we see the danger here to all of us. I know that the American men and women in uniform are always prepared to sacrifice for freedom, democracy and the American way of life (Madeleine Albright, Interview to NBC-TV, 1998). (APUD CASTRO SANTOS, 2010)

Já no governo Bush vemos a utilização da missão americana, principalmente, como justificativa das invasões ao Iraque e ao Afeganistão, afinal, apenas os Estados Unidos, a nação cujo povo era escolhido, poderia levar a democracia liberal com sucesso para esses estados falidos. Aqui, Castro Santos destaca que a importância daquela guerra não era apenas para a manutenção da segurança americana, mas se tratava de uma “guerra santa” em favor de toda humanidade (CASTRO SANTOS, 2010):

This is not, however, just America's fight. And what is at stake is not just America's freedom. This is the world's fight. This is civilization's fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom (George W. Bush, September 20, 2001). (APUD CASTRO SANTOS, 2010)

Como veremos à frente, a administração Biden defende que os Estados Unidos atualmente se encontram diante de um ponto de inflexão da história onde é necessário provar, de uma vez por todas, e para todas as nações, que as democracias são melhores, mais prósperas e mais seguras do que as autocracias⁶. No governo Bush vemos um discurso muito parecido onde o presidente ressalta que a história “chama” os Estados Unidos para defender os valores da democracia e da liberdade diante de ditaduras e ameaças terroristas:

Our war on terror is well begun, but it is only begun. This campaign may not be finished on our watch; yet, it must be and it will be waged on our watch. We can't stop short. If we stop now, leaving terror camps intact and terrorist states unchecked, our sense of security would be false and temporary. History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight. (...) And we have a great opportunity during this time of war to lead the world toward the values that will bring lasting peace. (George W. Bush, State of the Union, 2002).

Também no contexto da Guerra ao Terror e da consolidação da Doutrina Bush, Colin Powell, Secretário de Estado de Bush entre 2001 e 2005, refere-se ao “destino” dos Estados Unidos de salvaguardar e propagar os valores democráticos:

We fight terrorism because we must. We seek a better world because we can, because it is our desire, it is our destiny to do so. That is why we devote ourselves to democracy, development, global public health, human rights as well as to the structure of global peace that enables us to pursue our vision for a better world (Colin Powell, Remarks at the Elliot School of International Affairs, George Washington University, Washington DC, 2003). (APUD CASTRO SANTOS, 2010)

Dessa forma, vemos que o papel da democracia na formulação das políticas externa e de defesa nos governos Clinton e Bush foi, principalmente, no sentido de justificar o injustificável. Diante de doutrinas de política externa extremamente agressivas, que envolveram a invasão de outros países, os tomadores de decisão se ampararam nos princípios da democracia liberal e na missão americana como justificativa para intervenções e guerras.

⁶ Cf. The President's News Conference, March 25, 2021. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-1268>; The President's News Conference With Prime Minister Yoshihide Suga of Japan, April 16, 2021. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-with-prime-minister-yoshihide-suga-japan>; The President's News Conference, January 19, 2022. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-1269>; Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union, March 01, 2022. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-state-the-union-28>; Remarks to the United Nations General Assembly in New York City, September 21, 2022. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/remarks-the-united-nations-general-assembly-new-york-city-17>.

Se todos os países desejam se tornar democracias, se esse sistema coopera para a segurança de toda a humanidade e também dos EUA e, finalmente, se os Estados Unidos possuem uma missão de compartilhar a democracia liberal com os outros povos, o processo de exportação de democracia pelo uso da força passa a ser justificável.

Por fim, Castro Santos argumenta em favor da homogeneidade da visão americana, ou seja, os princípios da tradição liberal nos quais se baseiam a política externa americana sempre serão os mesmos e sempre estarão presentes na base da formulação da política externa, desde as doutrinas dos *Founding Fathers* (CASTRO SANTOS, 2010). Como veremos à frente com Obama e Biden, esses princípios, de fato, são recorrentemente encontrados nas estratégias de política externa e o que muda é apenas a maneira como a democracia liberal é utilizada.

4. A ESTRATÉGIA DE OBAMA: LEADING FROM BEHIND

Como explicado, os valores liberais democráticos perpassaram a construção dos parâmetros da política externa americana ao longo de toda história, no entanto, isso ocorre sempre com diversas nuances dependendo do governo em questão. No caso da administração Obama vemos que a abordagem adotada não é a da exportação da democracia baseada nos princípios liberais democráticos tidos como universais para todos os povos. Obama utiliza a estratégia que foi chamada de *Leading from Behind* afirmando repetidas vezes que em seu governo a imposição da democracia estava fora de questão. Os Estados Unidos apenas apoiariam as iniciativas locais de mudança de regime e a responsabilidade sobre questões de segurança local deveria ser transferida para os próprios governos afegãos e iraquianos.(CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

Ao analisar as motivações para as ações de política externa do governo Obama com referência às intervenções militares no Oriente Médio, percebemos três principais eixos: motivações ligadas à segurança, à promoção da democracia liberal e à ajuda humanitária. Dessas, tanto o Presidente quanto seus Secretários de Estado e Defesa dão maior ênfase às questões de segurança sobre as outras duas, se tratando essa de quatro tipos: segurança dos Estados Unidos, dos países-alvo (segurança local), do Oriente Médio (segurança regional) e do resto do mundo (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015). É interessante ressaltar que Hillary Clinton, Secretária de Estado entre 2009 e 2013 e John Kerry, Secretário entre 2013 e 2017 foram os que mais se utilizaram das motivações ligadas à promoção de democracia liberal para justificar as ações de intervenção americana e, além disso, dentre os tipos de

segurança apontados o que mais vezes foi referenciado pelos tomadores de decisão foi o da segurança dos países-alvo de intervenções, ou seja, Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria. De acordo com os pesquisadores, essa ênfase na segurança local é um indicador da estratégia *Leading from Behind* na qual a administração Obama pressiona os governos estabelecidos a assumir a responsabilidade por sua própria segurança e manter seu território livre de terroristas da Al-Qaeda mas não quer se comprometer diretamente com a liderança e a mudança de regime do país, apenas influenciando a vereda democrática (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015). Dessa forma, tanto Obama quanto seus secretários insistem que a segurança dos Estados Unidos e do mundo só será atingida com o fim do terrorismo e o estabelecimento da segurança local:

And I say all this because we face genuine challenges to our security today, just as we have throughout our history. Challenges to our security are not new. They didn't happen yesterday or a week ago or a year ago. We've always faced challenges. And one of those challenges is the terrorist threat from groups like Al Qaida and ISIL. [...] And so, in the face of this challenge, we have marshalled the full force of the United States Government, and we're working with allies and partners to dismantle terrorist organizations and protect the American people. (President Barack Obama, Remarks at the White House Summit on Countering Violent Extremism, 2015).

Now, President Obama has stated repeatedly that he will do what is necessary and what is in our national interest to confront ISIL and the threat that it poses to the security of the region and to our security in the long run. None of us should have to be reminded that a threat left unattended far beyond our shores can have grave, tragic consequences. (Secretary of State John Kerry, Press Availability on Syria and Iraq, 2014) (APUD CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

Similarly, our core interests dictate that we not let up until we have destroyed ISIL and al-Qaeda-affiliated terrorists throughout the region that pose dangers to the homeland, to friends, and to allies. The past few weeks serve as a reminder to terrorists bent on harming the United States and our interests, whether they're in Libya, Syria, or Yemen, that we have the capability to reach out and strike them.. (Secretary of Defense Ash Carter, Statement on U.S. Policy and Strategy in the Middle East before the House Armed Services Committee, 2015)

Se a principal política de Bush após os ataques de 11 de setembro foi o combate ao terrorismo e aos *rogue states*, podemos ver que, ao tomar posse em 2009, Obama tem a intenção de retrair essa agenda e não mais estabelecer a exportação de democracia para os *rogue states* como padrão de política externa (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015). Seu objetivo é apenas prevenir a Al-Qaeda e outros grupos terroristas extremistas de apresentar perigo aos EUA e ao mundo, por isso vemos a ênfase dada às motivações de política externa ligadas à segurança.

Apesar da principal preocupação da política externa de Obama ter sido com o status da segurança, os princípios da democracia liberal americana também estiveram presentes como

base do seu *policy making*. Assim, vemos tanto Obama quanto seus Secretários enfatizando os princípios democráticos liberais como eixo orientador da política externa:

So the essential ingredient to real and lasting stability and progress is not less democracy, it's more democracy. It's institutions that uphold the rule of law and apply justice equally. It's security forces and police that respect human rights and treat people with dignity. It's free speech and strong civil societies where people can organize and assemble and advocate for peaceful change. It's freedom of religion where all people can practice their faith without fear and intimidation. All of this is part of countering violent extremism. (President Barack Obama, Remarks at the White House Summit on Countering Violent Extremism, 2015).

That is our strategic goal. And we have to analyze everything against that goal. And then, of course, we want to be good partners in helping the Syrian people build the kind of democratic, pluralistic society and government that will respect human rights and restore a better future. So, this is how we are proceeding. (Secretary of State Hillary Clinton, Remarks on Syria: Questions and Answers Session, 2012) (APUD CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

As President Obama said last month: "for generations, we have done the hard work of protecting our own people, as well as millions around the globe. We have done so because we know that our own future is safer, our own future is brighter, if more of mankind can live with the bright light of freedom and dignity. (Secretary of Defense Robert Gates, National Library for the Study of George Washington Groundbreaking Ceremony, 2011) (APUD CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

Dessa forma, vemos que apesar de se afastar da exportação ativa de democracia no início do seu primeiro mandato, principalmente por meio do uso da força, Obama continua prezando pelos princípios democráticos liberais e defendendo sua utilização como estratégia diplomática. O tom de sua administração passou a ser: a democracia é um valor inigualável, mas a sua construção deve ocorrer a partir dos próprios cidadãos de um país, que podem contar com o apoio americano no processo de estruturação das suas instituições democráticas (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015):

Democracy cannot be imposed on any nation from the outside. Each society must search for its own path, and no path is perfect. Each country will pursue a path rooted in the culture of its people and in its past traditions. And I admit that America has too often been selective in its promotion of democracy. (Barack Obama, Remarks at the United States Military Academy at West Point, New York, 2009) (APUD CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

We don't believe that democracy can be imposed on others by force. As Senator Robert Kennedy argued with prophetic power in 1966, "Nations, like men, often march to the beat of different drummers, and the precise solutions of the United States can neither be dictated nor transplanted to others". (Secretary of State Hillary Clinton, Remarks at the Israeli Presidential Conference, 2009) (APUD CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

Timothy Lynch (2014) defende, no entanto, que apesar de Obama efetuar em seus discursos, no estilo e no tom, uma política externa liberal, na prática emprestou-se livremente

entre os paradigmas, produzindo uma abordagem do mundo altamente pragmática e muitas vezes mais tipicamente realista do que liberal. O autor afirma ainda que a análise do liberalismo de Obama é complicada e sua política externa se assemelha mais a um terceiro mandato de Bush do que a uma revolução para longe desse governo (LYNCH, 2014). Assim, de acordo com o autor, era muito improvável que o liberalismo de Obama iniciasse uma revolução na política externa americana⁷ e em vez disso, ele continuaria com os temas centrais que moldaram a abordagem da América ao mundo desde o século XVIII (LYNCH, 2014).

O grande desafio para a estratégia de política externa dessa administração ocorreu a partir do início da Primavera Árabe. Até a retirada das tropas americanas do Iraque em dezembro de 2011⁸ e do Afeganistão em dezembro de 2014⁹ Obama permanecia firme no sentido de cumprir suas promessas de campanha: acabar com as guerras no Oriente Médio e trazer os soldados americanos para casa mantendo a segurança da região e dos EUA. No entanto, com a deflagração da Primavera Árabe a política do *Leading from Behind* foi colocada à prova. Obama, porém, permaneceu fiel à sua estratégia declarando que o destino e as escolhas dos países do Oriente Médio eram deles próprios e reafirmando o compromisso dos EUA com os valores da democracia liberal (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015):

How this incredible transformation will end remains uncertain. But we have a huge stake in the outcome. And while it's ultimately up to the people of the region to decide their fate, we will advocate for those values that have served our own country so well (Barack Obama, State of the Union, 2012). (APUD CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015).

Os casos mais emblemáticos, da Líbia e da Síria, exemplificam bem isso. Na primeira o uso da força se deu por meio de uma intervenção em conjunto com a OTAN de acordo com a resolução 1973/2011 do Conselho de Segurança da ONU¹⁰, mas tropas terrestres não foram utilizadas. Na segunda o uso da força também ocorre em parceria com aliados dos EUA, inclusive com a participação de tropas terrestres que lá permanecem até hoje de forma residual. Observamos, no entanto, que apesar de os Estados Unidos terem capitaneado intervenções à esses países e exercido forte pressão diplomática internacional no sentido de depor Muammar al-Gaddafi e Bashar al-Assad o país não se envolve diretamente em

⁷ Cf. Lynch e Singh 2008; Lynch 2010

⁸ Timeline: Invasion, surge, withdrawal; U.S. forces in Iraq. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-iraq-usa-pullout-idUSTRE7BH08E20111218>

⁹ Obama heralds formal end of war in Afghanistan after 13 years. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/dec/28/us-nato-formally-end-war-afghanistan-kabul-ceremony>

¹⁰ Security Council Committee established pursuant to resolution 1970 (2011) concerning Libya. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/s/res/1973-%282011%29>

mudanças de regime, como foi no caso do Iraque e do Afeganistão, ou seja, permanece *leading from behind* (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015). Assim, os EUA se utilizam do uso da força para pressionar pela transição política e democrática desses países sem se engajar completamente com a mudança de regime.

Um desafio ainda maior para a estratégia de Obama foi o surgimento e avanço do Estado Islâmico pois contradizia diretamente a crença de que o investimento na segurança autônoma e local dos países do Oriente Médio traria segurança ao resto do mundo. O fato era que os países da região, principalmente Iraque, Síria e Líbia, não eram capazes de combater as redes terroristas radicais da região o que indicava a saída prematura das tropas americanas e a formação de grandes vácuos de poder nesses Estados. Assim, durante a campanha de intervenção militar internacional contra o avanço do Estado Islâmico Obama reiterou várias vezes que as operações não se tratavam de uma nova guerra no Oriente Médio e que não haveria mudança de regime ou exportação de democracia, permanecia a estratégia de *leading from behind*:

Instead of Americans patrolling the valleys of Afghanistan, we've trained their security forces, who have now taken the lead, and we've honored our troops' sacrifice by supporting that country's first democratic transition. Instead of sending large ground forces overseas, we're partnering with nations from South Asia to North Africa to deny safe haven to terrorists who threaten America. In Iraq and Syria, American leadership—including our military power—is stopping ISIL's advance. Instead of getting dragged into another ground war in the Middle East, we are leading a broad coalition, including Arab nations, to degrade and ultimately destroy this terrorist group. We're also supporting a moderate opposition in Syria that can help us in this effort and assisting people everywhere who stand up to the bankrupt ideology of violent extremism. Now, this effort will take time. It will require focus. But we will succeed. (Barack Obama, Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union, January 20, 2015)

Vemos, portanto, que durante o governo Obama a aplicação da democracia liberal na construção da política externa não atingiu os patamares da exportação ativa de democracia pelo uso da força dos dois governos anteriores mas permaneceu sendo um instrumento extremamente utilizado na formulação das políticas diplomáticas e de defesa do país. Obama não carrega de forma tão marcante os princípios de Clinton e Bush que afirmavam com toda certeza que todos os povos deveriam ser democráticos e que o papel dos EUA era fomentar esse processo mas continua propagando, de outras formas, os valores, interesses e tradições liberais americanas por meio da política *Leading from Behind*. Assim, de acordo com a estratégia de Obama, o papel dos Estados Unidos em sua administração passou a ser o de apoiar a construção da democracia, das instituições democráticas e a capacitação das forças de segurança locais enquanto a população dos países alvo se encarregava das políticas e da segurança diretamente.

5. A ADMINISTRAÇÃO DE DONALD TRUMP: AMERICA FIRST

Como observamos, a tradição liberal americana e o uso da democracia como estratégia de política externa estiveram presentes nos governos Obama, Bush, Clinton e, muito antes desses, com maior ou menor intensidade, desde os *Founding Fathers* e do estabelecimento dos Estados Unidos como nação. Quando analisamos a administração de Trump, no entanto, nos deparamos com um *outlier*, ou seja, sua presidência e seus métodos de política externa se afastaram do modelo anteriormente estabelecido, não perpetuando a importância da democracia nos padrões de política externa dos governos anteriores. Aqui, o argumento central refere-se ao fato de que Donald Trump não aplica a democracia liberal nem tampouco os princípios, valores e tradições americanas na formulação de suas políticas e, assim, não estabelecendo vínculo entre a exportação de democracia e a segurança.

Stanley Sloan (2022) afirma que a política internacional de Trump pode ser denominada de *America First*, um processo de governança estabelecido pelo presidente com a rejeição quase completa de tudo o que a política externa de Obama havia estabelecido e, nos poucos casos onde existe alguma continuidade, a afirmação de que Trump faria “maior e melhor” O slogan *America First*, segundo o autor, foi o mais próximo que essa administração chegou de uma filosofia de política externa. Essa política possuía profundas raízes na estratégia doméstica de Trump e rejeitava o papel tradicional dos EUA como “líder” das nações ocidentais por não querer fazer concessões muitas vezes necessárias para desenvolver abordagens multilaterais em questões de comércio internacional, economia, segurança e meio ambiente (SLOAN, 2022). Percebemos esse posicionamento de Trump, por exemplo, já no seu *Inaugural Address*:

We, assembled here today, are issuing a new decree to be heard in every city, in every foreign capital, and in every hall of power. From this day forward, a new vision will govern our land. From this day forward, it's going to be only America first. America first. Every decision on trade, on taxes, on immigration, on foreign affairs, will be made to benefit American workers and American families. We must protect our borders from the ravages of other countries making our products, stealing our companies, and destroying our jobs. Protection will lead to great prosperity and strength. I will fight for you with every breath in my body, and I will never, ever let you down. America will start winning again, winning like never before. We will bring back our jobs. We will bring back our borders. We will bring back our wealth. And we will bring back our dreams (Donald Trump, Inaugural Address, 2017).

Para as democracias aliadas ao país, a rejeição do papel de liderança pelos Estados Unidos produziu um grande vácuo internacional de modelo democrático que não foi preenchido por outra nação e também levou alguns observadores a julgar que o conceito

America First havia produzido resultados mais próximos de *America Alone* (SLOAN, 2022). Os dois mais emblemáticos casos de rejeição de cooperação internacional durante o governo de Trump foram as retiradas do Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) e do Acordo de Paris. O JCPOA, ou Plano de Ação Conjunto Global em tradução livre, é um acordo destinado a atrasar o desenvolvimento de armas nucleares iranianas que havia sido negociado pelo governo Obama juntamente com China, França, Alemanha, Rússia, Estados Unidos, Reino Unido, União Europeia e Irã (SLOAN, 2022). Apesar de querer demonstrar uma linha dura em relação ao Irã ao deixar o acordo, a decisão teve o efeito contrário e Trump acabou por influenciar o país a se mover mais ativamente no sentido de desenvolver capacidade nuclear. A saída do Acordo de Paris, por sua vez, foi feita sob a justificativa de que o tratado trazia um fardo econômico injusto imposto aos trabalhadores, empresas e contribuintes americanos¹¹, ou seja, mais uma vez vemos a prevalência do discurso *America First*, e que o Governo Trump estaria disposto a voltar no caso do estabelecimento de um acordo melhor para os EUA.

Assim, vemos que se os Estados Unidos sob a administração Trump tiveram algum papel de liderança internacional, esse não foi na promoção dos valores e tradições da democracia liberal mas sim em dar um exemplo que facilitou a ascensão de outros populistas de direita radical. Sloan (2022) argumenta que esse governo alinhou-se firmemente com a liderança antidemocrática da Arábia Saudita e com o governo de Benjamim Netanyahu em Israel, forte apoiador de Trump e suas mensagens, e que o populismo radical de direita de Trump o alinhou internacionalmente a políticos com ideias semelhantes em todo o mundo (SLOAN, 2022).

Podemos observar nos discursos *The State of the Union*¹² e no *National Security Strategy*¹³ que existe uma referência genérica à importância dos valores da Tradição Liberal Americana, mas em nenhum momento esses valores são ligados aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Sua estratégia de defesa previa o aniquilamento dos terroristas e o tratamento duro dos prisioneiros em Guantánamo, sem qualquer intenção de construir instituições democráticas nos países alvos. Assim, pretendia tão somente atacar os terroristas onde estivessem, estivesse o líder do país-alvo cooperando ou não com os Estados Unidos:

¹¹ Sobre a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/sobre-a-saida-dos-estados-unidos-do-acordo-de-paris/>

¹² Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union, February 05, 2019. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-the-state-the-union-26>

¹³ National Security Strategy of the United States of America, December, 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>

We will seek friendship and good will with the nations of the world, but we do so with the understanding that it is the right of all nations to put their own interests first. We do not seek to impose our way of life on anyone, but rather to let it shine as an example—we will shine—for everyone to follow. (Donald Trump, Inaugural Address, 2017).

Reuben Steff (2020) destaca que Trump questionou praticamente todos os aspectos do projeto internacional liberal além de possuir tendências autocráticas claras pelas quais se via como o agente decisivo da mudança política no sistema dos EUA. Enquanto a política externa dos EUA esteve por muito tempo baseada na missão democratizadora que o país afirmava possuir, essas ideias estão em total desacordo com as estratégias em Trump. Suas preferências se colocam claramente em favor de uma política externa implacável, ideologicamente ambivalente e de estilo transacional além de propor que os Estados Unidos não possuem um chamado especial para promoção da democracia, a única coisa que torna a América excepcional é seu poder material, e que aumentar isso deve ser o foco principal da política externa dos EUA (STEFF, 2020). Ele afirma:

While some US administrations have relegated the role that American values and American exceptionalism should play in US foreign policy relative to America's material interests, they have usually paid some lip-service to the importance of US values and its example as a democracy that gives hope for the oppressed worldwide. But Trump, more than perhaps any US president before him, has gone out of his way to reject American exceptionalism and thus the role he thinks US values should play in foreign policy. (STEFF, 2020)

Dessa forma, entendemos que as motivações e princípios que pautaram a política externa e de defesa dos Estados Unidos nesse governo distanciaram-se das motivações das administrações anteriores. Com foco na política doméstica e no *Make America Great Again*, as justificativas para ações políticas, econômicas, ambientais e de segurança de Trump remetem, quase sempre, ao *America First*. Assim, o papel dos EUA como responsável pela propagação da tradição liberal ao redor do mundo é relegado e a promoção da democracia não é tida como base da política externa de Trump. Além da inexistência de vínculo entre os valores da Tradição Liberal Americana e os interesses de política externa, vemos também a ausência de vínculos entre democracia e segurança.

6. A POLÍTICA DE JOE BIDEN: DEMOCRACIES CAN STILL DELIVER

Como foi visto, as estratégias de política externa dos presidentes Bill Clinton e George W. Bush abraçaram um papel expansionista para os Estados Unidos, defendendo políticas para garantir a primazia global do país, promover a disseminação da democracia e garantir a segurança global e dos EUA. A estratégia do presidente Barack Obama procurou delinear um

conjunto de metas um pouco menos ambicioso para os Estados Unidos, embora ainda promettesse garantir a segurança global e liderar, por meio do exemplo dos EUA, no que se refere ao incentivo à democratização e no estabelecimento da tradição liberal americana. Mais recentemente, a estratégia de Trump traduz-se em uma versão particular da soberania americana, priorizada e separada das dos seus antecessores, que ficou conhecida como *America First*, na qual era quase inexistente a estratégia da promoção da democracia liberal americana e os Estados Unidos assumiram uma posição isolacionista.

Quando passamos à análise da administração Biden procuramos entender qual seria o papel da democracia e dos valores da tradição liberal americana na política externa desse governo, além de investigar a existência, ou não, de vínculo entre a democracia e a segurança dos EUA nessas políticas e da aplicação dos princípios e da missão americana na atual administração. Com a leitura e análise de 140 discursos do presidente e dos seus Secretários de Estado e Defesa ficou claro que o papel da democracia na política externa dos EUA no atual governo não se trata de uma exportação ativa de democracia como ocorreu nos governos Clinton e Bush. A política externa de Biden também não se equivale ao *Leading From Behind* de Obama e nem à política externa adotada por Donald Trump, assim, veremos a seguir as posições ideológicas que foram adotadas pelo atual governo, suas particularidades e principais preocupações no cenário mundial para compreender por inteiro qual é o vínculo entre democracia e a política internacional de Biden.

É necessário destacar a posição única na qual esse governo se encontra visto que a administração Biden começa logo após os anos de inflexão de Trump e da propagação de ideologias ligadas ao *America First* terem sido o padrão para a formulação da política internacional dos Estados Unidos. Diante disso, era esperado que Biden e seus secretários fizessem todo o possível para conduzir a política externa de volta ao *status quo*. No *Interim National Security Strategic Guidance*, documento interino que estabeleceu as estratégias e prioridades da agenda de segurança dos EUA, vemos o posicionamento da nova administração: “*We cannot just return to the way things were before. In foreign policy and national security, just as in domestic policy, we have to chart a new course.*” (Interim National Security Strategic Guidance, Março, 2021). Mais à frente no documento se advoga, inclusive, para além da simples volta do *status quo*, mas por sua superação e pelo restabelecimento da defesa dos valores da democracia liberal:

And we must remain committed to realizing and defending the democratic values at the heart of the American way of life. That means more than simply sustaining the status quo – it means reinvigorating our democracy, living up to our ideals and values for all Americans, and standing up for our values abroad, including by uniting

the world's democracies to combat threats to free societies. (Interim National Security Strategic Guidance, março, 2021).

Dessa forma, no governo Joe Biden vemos o retorno da democracia como um dos principais instrumentos na construção da política externa dos Estados Unidos, principalmente por meio de uma frase muito utilizada por Biden em seus pronunciamentos, afirmando em várias ocasiões, de várias maneiras e em vários discursos: *democracies can still deliver*. A validação da democracia em sua administração, tanto na política doméstica quanto na política externa, normalmente é empreendida como uma contraposição ao crescimento dos regimes autocráticos do séc.XXI. Biden apresenta um discurso que se assemelha aos embates ideológicos entre capitalismo e comunismo que permearam a Guerra Fria, argumentando repetidamente que estamos em um ponto de inflexão no cenário internacional no qual será decidido qual tipo de governo está mais apto a vencer os desafios impostos ao longo do nosso século, os democráticos ou autocráticos:

Our world is at an inflection point. Global dynamics have shifted. New crises demand our attention. And in this moment of accelerating global challenges — from the pandemic to the climate crisis to nuclear proliferation to the fourth industrial revolution — one thing is certain: we will only succeed in advancing American interests and upholding our universal values by working in common cause with our closest allies and partners, and by renewing our own enduring sources of national strength. That begins with the revitalization of our most fundamental advantage: our democracy. I believe we are in the midst of an historic and fundamental debate about the future direction of our world. There are those who argue that, given all the challenges we face, autocracy is the best way forward. And there are those who understand that democracy is essential to meeting all the challenges of our changing world. (Joe Biden, Interim National Security Strategic Guidance, março, 2021).

I believe we're going through one of those inflection points in history that occurs every several generations or even more than that—even more time than that, where things are changing almost regardless of any particular policy. [...] And so I think you're going to see an awful lot of transition. And the question is: Can we keep up with it? Can we maintain the democratic institutions that we have, not just here but around the world, to be able to generate democratic consensus on how to proceed? It's going to be hard. It's going to be hard, but it requires—it requires—leadership to do it. And I'm not giving up on the prospect of being able to do that. (Joe Biden, The President's News Conference, janeiro, 2022).

Aqui, podemos ver a restituição de diversas agendas esquecidas, ou menosprezadas, na administração Trump. Logo no início do seu governo Biden reafirma o retorno à valorização e à defesa dos valores liberais americanos, o retorno das alianças e parcerias internacionais, e a revitalização da democracia no contexto doméstico e internacional. Desse modo, a administração Biden encara a democracia e os valores liberais americanos como importantes instrumentos para a reconstrução de pontes e para o enfrentamento dos desafios impostos ao atual governo. Em seu discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas em 2021, Biden mais uma vez destaca o ponto de inflexão no qual o mundo se encontra e o papel

essencial da democracia para sobrevivê-lo, tanto na política internacional quanto nos desafios domésticos com os ataques à democracia dos EUA, como veremos à frente:

The authoritarianism of the world may seek to proclaim the end of the age of democracy, but they're wrong. The truth is: The democratic world is everywhere. It lives in the anticorruption activists, the human rights defenders, the journalists, the peace protesters on the frontlines of this struggle in Belarus, Burma, Syria, Cuba, Venezuela, and everywhere in between. [...] And while no democracy is perfect—including the United States; we'll continue to struggle to live up to the highest ideals to heal our divisions, and we face down violence and insurrection—democracy remains the best tool we have to unleash our full human potential. (Joe Biden, Remarks to the United Nations General Assembly in New York City, setembro, 2021).

De igual modo, os Secretários de Estado, Antony Blinken, e de Defesa, Lloyd Austin, também reforçam o discurso do ponto de inflexão do séc.XXI e do papel essencial da democracia:

As the president has said, the world is at an inflection point. A fundamental debate is underway about the future — and whether democracy or autocracy offers the best path forward. It's up to us and other democracies to come together and show the world that we can deliver — for our people and for each other. (Secretary of State Antony Blinken, The Washington Post, março, 2021)

And let me be clear: The United States of America has an advantage that no autocracy can match—our combination of free enterprise, free minds, and free people. Even in times of challenge, our democracy is a powerful engine for its own renewal. So I will put the American system up against any other. And I'll do so with great pride and total confidence. [...] Democracy has always been our roadmap to success and security. And I wouldn't trade it for anyone else's. (Secretary of Defense Lloyd Jones, dezembro, 2021)

Assim, percebemos os discursos dos principais tomadores de decisão na Administração Biden se alinhando em torno da defesa da democracia como principal estratégia para manutenção da ordem global do séc.XXI e dos interesses dos Estado Unidos.

6.1. EIXOS TEMÁTICOS DA POLÍTICA EXTERNA DE BIDEN

A partir do estabelecimento da democracia no governo Biden como um ideal valioso cuja proteção e propagação se fazem necessárias tanto na política doméstica quanto na política externa, passamos a um próximo questionamento: quais são os principais eixos temáticos da política externa dessa administração? Quais são os temas para os quais recorrentemente a atenção do Presidente e dos seus Secretários estão voltados e nos quais podemos ver, como pano de fundo, a prevalência da defesa da democracia e a propagação dos valores da tradição liberal americana?

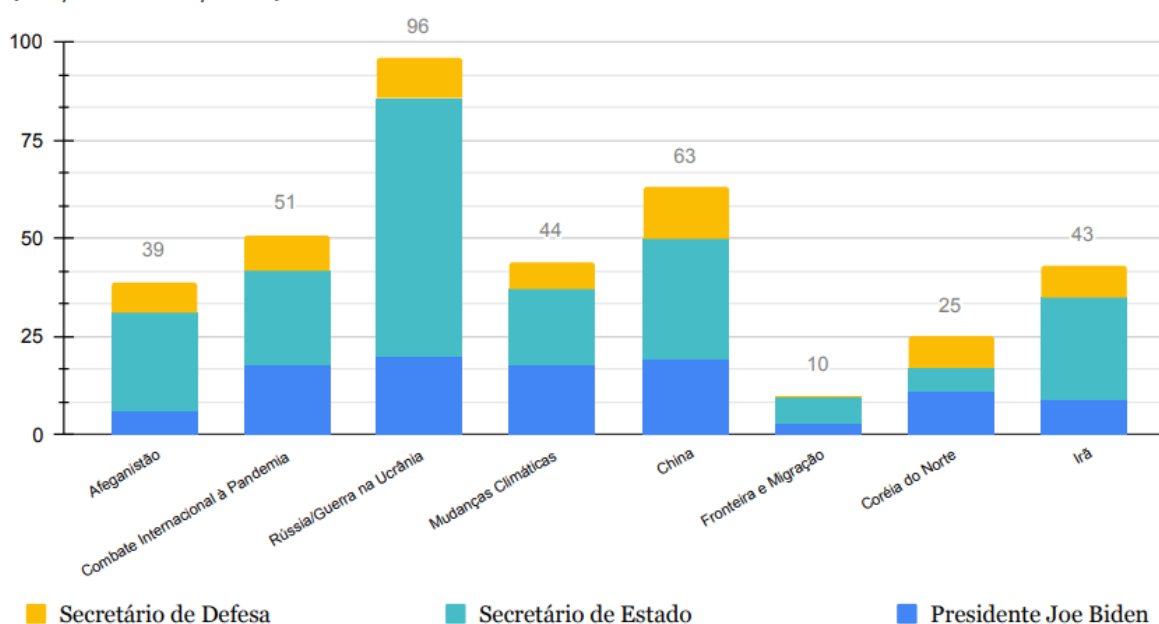
A partir da análise dos 140 discursos dos tomadores de decisão, os principais eixos temáticos identificados foram: a política dos EUA quanto ao Afeganistão; o combate internacional à pandemia de COVID-19; o combate às mudanças climáticas; o relacionamento

do país com a Rússia, juntamente com a invasão da Rússia à Ucrânia; o relacionamento do país com a China; as políticas para fronteira e migração; as preocupações de defesa com o Irã e as preocupações de defesa com a Coreia do Norte. Adicionalmente, mapeamos também todas as vezes que foi levantada a questão da defesa da democracia em outros países juntamente com a concepção de *democracies can still deliver*.

Assim, obtivemos os seguintes resultados, conforme Tabela no Anexo: menções ao relacionamento dos EUA com a Rússia e à invasão à Ucrânia foram aquelas encontradas com maior frequência nos discursos do Presidente (20 vezes) e do Secretário de Estado (66 vezes) e quando somadas às 10 menções do Secretário de Defesa totalizaram 96 menções ao todo, ou seja o principal eixo temático encontrado na administração Biden, presente em mais de 68% dos discursos analisados, conforme o gráfico abaixo. Já nos discursos do Secretário de Defesa o tema encontrado com maior frequência foi o relacionamento dos EUA com a China (13 vezes) e, quando somadas às 19 menções do Presidente e 31 do Secretário de Estado, totalizaram 63 menções, ou 45% dos discursos analisados, o segundo maior eixo temático como vemos a seguir:

Figura 1

Referências do Presidente e dos Secretários de Estado e de Defesa aos principais temas da política externa no Governo Biden (Jan/2021 - Dez/2022)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados de 140 discursos do Presidente Joe Biden, do Secretário de Estado Antony Blinken e do Secretário de Defesa Lloyd Austin.

Em seguida, identificamos os seguintes temas de política externa com maior prevalência nos discursos do presidente e dos secretários: O combate internacional à pandemia de COVID-19 (51 menções); o combate às mudanças climáticas (44 menções); as preocupações de segurança com o Irã (43 menções); a política dos EUA quanto ao Afeganistão (39 menções); as preocupações de segurança com a Coreia do Norte (25 menções) e, por fim, as políticas de migração e de segurança da fronteira americana (10 menções), único tema que não foi encontrado nos pronunciamentos do Secretário de Defesa. Cabe ressaltar que no governo Biden observamos a continuação de um deslocamento geográfico no eixo central da política externa que já havia começado com Trump, principalmente porque nenhuma dessas administrações liderou invasões a nenhum país. Até o Governo Obama vemos que boa parte das grandes preocupações de segurança e defesa dos EUA estavam concentradas em países do Oriente Médio, herança deixada pelo governo Bush e pela Guerra ao Terror. Contudo, com o avanço econômico e militar da China e o imperialismo russo crescente na Europa Oriental vemos que essas duas potências passaram a ocupar o centro do debate da política externa americana enquanto questões ligadas ao Oriente Médio durante a administração Biden, como a desastrosa retirada das tropas americanas do Afeganistão, por exemplo, perderam a proeminência.

Além dos temas já mencionados, mapeamos também todas as vezes onde foram feitas referências à defesa das democracias do mundo e ao *Democracies can Still Deliver*. Ao todo, foram feitas 71 menções à esse tema, 18 vezes pelo Presidente, 42 vezes pelo Secretário de Estado e 11 vezes pelo Secretário de Defesa, ou seja, em mais de 50% dos discursos analisados houve algum tipo de alusão à defesa da capacidade das democracias em lidar com os desafios da atualidade.

Os dados encontrados quanto às principais agendas e preocupações da política externa de Biden corroboram com a análise feita acerca do papel da democracia no governo Biden como opositora do avanço dos regimes autocráticos. Dentre os principais temas de política externa encontrados apenas três, o combate à pandemia, o combate às mudanças climáticas e as questões de migração e fronteira, não se associam diretamente com o discurso em torno da defesa da democracia como principal estratégia para manutenção da ordem global do séc.XXI e dos interesses dos Estado Unidos.

Quando tratam do relacionamento com a Rússia e da Guerra na Ucrânia, por exemplo, os tomadores de decisão afirmam que a manutenção da soberania ucraniana e a defesa da sua democracia na verdade significam a defesa de todas as democracias contra o avanço dos

regimes autocráticos. De igual modo, a segurança da Ucrânia simboliza a manutenção da segurança na Europa, nos Estados Unidos e no mundo todo, como afirma Lloyd Austin:

So today, I'd like to talk about four reasons why Ukraine matters to all of us. First, Putin's war of choice is a direct threat to European security. Second, Russian aggression is a clear challenge to our NATO allies. Third, Russia's deliberate cruelty is an attack on our shared values—and on the rule of law. And finally, Russia's invasion tears at the rules-based international order that keeps us all secure. So our support for Ukraine's self-defense is an investment in our own security and prosperity as well. (Secretary of Defense Lloyd Austin, Halifax International Security Forum, novembro, 2022).

O Secretário de Defesa inclusive alinha as ameaças vindas da Rússia à outras perturbações de segurança advindas de países como China, Irã e Coreia do Norte, autocracias grandes responsáveis pelo aumento recente das preocupações defensivas dos EUA:

Russia has turned to Iran and North Korea to help its assault on Ukraine—including using Iranian drones to kill Ukrainian citizens. And Iran is gaining important battlefield experience. And this kind of irresponsible behavior from Iran and the DPRK is a serious concern for our allies and partners in the Middle East and in the Indo-Pacific. [...] Now, the ripples of Russia's invasion have traveled far, far beyond Europe. And Putin's war has underscored the challenge that we face in the Indo-Pacific, where the PRC is also pushing for something very far from our vision of a free, stable, and open international system. Beijing, like Moscow, seeks a world where might makes right, where disputes are resolved by force, and where autocrats can stamp out the flame of freedom. (Secretary of Defense Lloyd Austin, Halifax International Security Forum, novembro, 2022).

Quando tratamos especificamente do relacionamento dos EUA com a China vemos que a defesa da democracia perante esse regime autocrático se encontra presente em vários pronunciamentos tanto de Biden como dos seus Secretários. Aqui, o discurso gira em torno da “competição” que existe para saber qual país “vencerá” o séc.XXI, tanto em termos militares quanto econômicos:

We're in competition with China and other countries to win the 21st century. We're at a great inflection point in history. [...] We have to build back better. We have to compete more strenuously than we have. [...] Look, we can't be so busy competing with one another that we forget the competition that we have with the rest of the world to win the 21st century. Secretary Blinken can tell you, I spent a lot of time with President Xi: traveled over 17,000 miles with him; spent, they tell me, over 24 hours in private discussions with him. When he called to congratulate me, we had a 2-hour discussion. He's deadly earnest about becoming the most significant, consequential nation in the world. He and others—autocrats—think that democracy can't compete in the 21st century with autocracies because it takes too long to get consensus. [...] My discussions—in my discussions with President Xi, I told him, "We welcome the competition. We're not looking for conflict." But I made absolutely clear that we will defend America's interests across the board. (Joe Biden, Address Before a Joint Session of the Congress, abril, 2021)

Dessa forma, vemos que os atuais desafios e preocupações de política externa enfrentados pela administração Biden, especialmente o avanço internacional da China e a invasão da Rússia à Ucrânia, se tornam o pano de fundo no qual os princípios da tradição

liberal americana e a propagação da democracia vão atuar. Apesar desse governo não se engajar ativamente na exportação da democracia para promoção desses princípios, os Estados Unidos reafirmam a necessidade de competir para “vencer” o séc.XXI e continuam desempenhando sua missão democratizadora por meio do discurso diplomático em defesa das democracias ao redor do mundo diante dos avanços autocráticos, principalmente da Rússia em direção à Ucrânia e da China em direção à Taiwan. O principal objetivo de Biden, como veremos a seguir, é reafirmar que as democracias não vão perecer diante das autocracias.

6.2. DEMOCRACIAS VS. AUTOCRACIAS

Como mostrado anteriormente, a administração Biden acredita que o mundo se encontra diante de um momento de profunda inflexão onde será definido se as democracias ou as autocracias possuem as chaves para vencer os atuais desafios enfrentados no cenário internacional, sendo esses econômicos, sociais, ambientais, de segurança, etc. Assim, vemos constantemente Biden e seus Secretários contrapondo governos por eles considerados autocráticos, principalmente Rússia e China, com a democracia liberal representada pelos EUA e pelos outros países da aliança democrática, principalmente o G7. Fukuyama e McFaul (2007) afirmam que “nem todas as autocracias foram inimigas dos Estados Unidos, mas todos os inimigos dos americanos foram autocracias” (apud CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2015). A administração Biden defende, portanto, que é necessário provar, de uma vez por todas, e para todas as nações, que as democracias são melhores, mais prósperas e mais seguras do que as autocracias:

Now, it's no secret that in the contest between democracy and autocracy, the United States—and I, as President—champion a vision for our world that's grounded in the values of democracy. The United States is determined to defend and strengthen democracy at home and around the world, because I believe democracy remains humanity's greatest instrument to address the challenges of our time. We're working with the G-7 and likeminded countries to prove democracies can deliver for their citizens, but also deliver for the rest of the world as well. (Joe Biden, Remarks to the United Nations General Assembly, setembro, 2022)

I know this is going sound somewhat prosaic, but I think we're in a contest, not with China per se, but a contest with autocrats, autocratic governments around the world, as to whether or not democracies can compete with them in the rapidly changing 21st century. And I think how we act and whether we pull together as democracies is going to determine whether our grandkids look back 15 years from now and say, "Did they step up? Are democracies as relevant and as powerful as they have been?" (Joe Biden, The President's News Conference, junho, 2021)

Nestes discursos podemos observar o retorno dos valores liberais americanos, que foram abdicados pelo governo Trump, mas que aqui retornam ao seu papel tradicional como base da formulação da política externa, bem como observamos o retorno do discurso que

apresenta os EUA como *beacon* da democracia mundial. A política externa sob Biden passa, mais uma vez, a cumprir sua “missão indispensável” diante da humanidade, continuando a propagar e a liderar os outros países do mundo em direção aos valores da tradição democrática liberal americana. Vemos o retorno do discurso liberal com Biden e também com seus secretários:

We all understand the world is watching, watching all of us today. So here is my message to those beyond our borders: America has been tested, and we have come out stronger for it. We will repair our alliances and engage with the world once again, not to meet yesterday's challenges, but today's and tomorrow's challenges. And we'll lead not merely by the example of our power, but by the power of our example. We will be a strong and trusted partner for peace, progress, and security. May this be the story that guides us, the story that inspires us, and the story that tells ages yet to come that we answered the call of history, we met the moment; democracy and hope, truth and justice, did not die on our watch, but thrived; that America secured liberty at home and stood once again as a beacon to the world. (Joe Biden, Inaugural Address, janeiro, 2021).

A few guiding premises animated our work this year. One is that American engagement – American leadership – matters. The world doesn't organize itself. When we're not engaged, when we don't lead, then one of two things happens: either some other country tries to take our place, but probably not in a way that advances our interests and values, or no one does, and then you get chaos. Either way, it doesn't serve the American people. (Secretary of State Antony Blinken, Press Availability, dezembro, 2021)

You serve a country that sees the use of force as a last resort. That loves liberty. That rejects bullying and aggression. That seeks a world rooted in rules that favor the advance of freedom. That stands for democracy and decency at home and abroad. That works hand in hand with our old allies and new partners. That cherishes the rich tapestry of the backgrounds of its citizens. That strives to grow, and to mend, and to reach the better angels of our nature. A country that knows, as the President has said, that we are strongest when the power of our example matters more than the example of our power. (Secretary of Defense Lloyd Austin, Remarks for the U.S. Military Academy Graduation Ceremony, maio, 2021).

Desse modo, percebemos a adoção da postura exemplarista pelo governo Biden, estratégia antes utilizada no *leading from behind* de Obama. Apesar de não promover diretamente a mudança de regime ou a exportação de democracia, os Estados Unidos têm certeza que precisam continuar a assumir o papel de defensores da democracia liberal, guiando o resto do mundo em direção aos valores “universais” democráticos e para longe das autocracias por meio do poder de seu exemplo. Na passagem a seguir, porém, podemos ver que assumir o papel de polícia do mundo não é algo que os EUA fazem somente pela benignidade de seus valores mas sim com o objetivo de garantir a manutenção da segurança e dos interesses nacionais do país:

At a time when the need for American engagement and international cooperation is greater than ever, however, democracies across the globe, including our own, are increasingly under siege. Free societies have been challenged from within by corruption, inequality, polarization, populism, and illiberal threats to the rule of law.

[...] Democratic nations are also increasingly challenged from outside by antagonistic authoritarian powers. Anti-democratic forces use misinformation, disinformation, and weaponized corruption to exploit perceived weaknesses and sow division within and among free nations, erode existing international rules, and promote alternative models of authoritarian governance. Reversing these trends is essential to our national security. The United States must lead by the power of our example, and that will require hard work at home – to fortify the founding pillars of our democracy, to truly address systemic racism, and to live up to our promise as a nation of immigrants. Our success will be a beacon to other democracies, whose freedom is intertwined with our own security, prosperity, and way of life. (Interim National Security Strategic Guidance, março, 2021).

É necessário apontar, no entanto, que a delimitação do problema como uma disputa global entre democracia e autoritarismo acaba insuflando o discurso à moda da Guerra Fria e dividindo o mundo em campos opostos, aquecendo ainda mais uma relação já tensa entre os Estados Unidos, a China e a Rússia. Tal retórica tende a limitar o espaço para a diplomacia entre os países, adicionando uma dimensão moral ao conflito e reduzindo as opções de Washington para resolução das divergências e condução do relacionamento com esses países. Essa linguagem de confronto pode tornar mais difícil para Biden solucionar diplomaticamente o fim da invasão russa à Ucrânia e evitar uma guerra com a China autoritária sobre a democrática Taiwan, um conflito que seria catastrófico para todos os envolvidos.

Além disso, Steff (2020) afirma que a aversão ao liberalismo e a exportação da democracia americana foram justamente alguns dos motivos que impulsionaram o desenvolvimento das autocracias nos últimos tempos. O autor argumenta que a instabilidade e as guerras que seguiram as intervenções e tentativas de mudança de regime e *nation building* por parte dos EUA evidenciaram o fracasso da exportação da democracia liberal (STEFF, 2020). É interessante notar que esse processo de enfraquecimento dos ideais democráticos vem ocorrendo desde os governos Bush e Obama, com os fracassos subsequentes nas invasões feitas ao Afeganistão, Iraque e Líbia. Todo esse processo foi marcado pela ascensão da China como principal concorrente de poder econômico e militar dos EUA e pela afirmação realista de que a hegemonia democrática liberal seria inadequada para enfrentar o poder unificado autocrático chinês (STEFF, 2020).

Por fim, o fortalecimento das autocracias no cenário internacional também pode ser rastreado até a administração Trump e a sua rejeição dos tratados e alianças internacionais. É provável que a retórica inflamada do presidente e a renúncia ao apoio à democracia e aos direitos humanos no exterior tenham contribuído para um declínio na posição global dos Estados Unidos e para o avanço de regimes autocráticos (STEFF, 2020). Apesar de não existirem evidências diretas mostrando que os laços da China com outros estados melhoraram significativamente após o governo Trump, observamos, cada vez mais, o sucesso dos esforços

de lobby chinês, aumentando a influência do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, e das empresas chinesas construtoras de redes 5G (STEFF, 2020).

6.2.1. A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA DOMÉSTICA

Como vimos, a administração Biden estabelece uma clara ligação entre a propagação da democracia liberal americana e o combate às autocracias do mundo. Podemos observar, no contexto interno, a ênfase dada por Biden à oposição entre regimes democráticos e autocráticos desde sua campanha eleitoral, ainda no ano de 2020, ao designar os EUA como o líder que retomaria a defesa da democracia ao redor do mundo¹⁴. Após os ataques ao Capitólio estadunidense no dia 06 de janeiro de 2021, no entanto, a retórica em favor da democracia foi impulsionada, tanto no meio doméstico como no internacional, devido às profundas preocupações com a própria democracia dos Estados Unidos. É necessário analisar, portanto, como a situação da política doméstica dos EUA impulsionou, ainda mais, o discurso *democracies can still deliver*.

Vemos a lógica da política externa dos EUA ser corroída a partir das dificuldades com a manutenção da sua própria democracia e da crescente polarização política interna enfrentadas pelos Estados Unidos no início de 2021. Não era coerente defender a democracia em outros lugares quando a sua estava em frangalhos. Aliados e adversários dos Estados Unidos acreditavam que o país poderia não emergir da sua situação política tão cedo, debilitando a posição global de liderança democrática dos EUA e influenciando diretamente a renovação da diplomacia americana no período pós-Trump que havia sido planejada por Biden. Dessa forma, observamos o fomento ao discurso de renovação doméstica dos Estados Unidos não somente como um fim necessário em si mesmo mas também como um pré-requisito para uma política externa bem-sucedida. Ou seja, a restauração da democracia americana internamente também refletiria na capacidade de renovação da democracia para outros países, contribuindo para o combate ao avanço autocrático.

Assim, percebemos que a renovação democrática era essencial por razões de segurança nacional, política, social e econômica, especialmente considerando que a economia dos EUA é a principal fonte de poder global do país e que a polarização doméstica influencia diretamente nos resultados econômicos, além de minar a coerência da política externa dos EUA. O Presidente Joe Biden, diante de uma sessão conjunta do Congresso Americano

¹⁴Transcript: Joe Biden's Democratic National Convention speech. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/08/20/politics/biden-dnc-speech-transcript/index.html>

reafirma a urgência de proteger a democracia americana em face do avanço autocrático e da desconfiança advindas de outros países:

The question of whether our democracy will long endure is both ancient and urgent, as old as our Republic, still vital today. Can our democracy deliver on its promise that all of us, created equal in the image of God, have a chance to lead lives of dignity, respect, and possibility? Can our democracy deliver the most—to the most pressing needs of our people? Can our democracy overcome the lies, anger, hate, and fears that have pulled us apart?

America's adversaries—the autocrats of the world—are betting we can't. And I promise you, they're betting we can't. They believe we're too full of anger and division and rage. They look at the images of the mob that assaulted the Capitol as proof that the sun is setting on American democracy. But they are wrong. You know it; I know it. But we have to prove them wrong.

We have to prove democracy still works, that our Government still works and we can deliver for our people. In our first hundred days together, we've acted to restore the people's faith in democracy to deliver. We're vaccinating the Nation. We're creating hundreds of thousands of new jobs. We're delivering real results to people; they can see it and feel it in their own lives. (Joe Biden, Address Before a Joint Session of the Congress, abril, 2021)

Do mesmo modo, os Secretários de Estado e Defesa destacam a necessidade da defesa da democracia americana: *“More broadly – and it is never more important to restate it – a free press is a cornerstone of our democracy. And this is a critical moment for protecting and defending democracy, including right here at home.”* (Secretary of State Antony Blinken, Press Availability, janeiro, 2021), e também:

You may also have heard some of America's competitors claim that the future belongs to a model that promises wealth as it stamps out freedom. [...] But when we're at our best, when we're true to our founding values, we don't fight for a tribe, or for a political leader, or for conquest, or for plunder. No, when we're at our best, we fight to defend our republic. We fight to defend our democratic ideals. We fight to defend human rights, human dignity, and human liberty. (Secretary of Defense Lloyd Austin, Remarks for the U.S. Military Academy Graduation Ceremony, maio, 2021).

6.2.2. DEMOCRACIES CAN STILL DELIVER

Diante dos desafios enfrentados na política externa, com o crescimento de regimes autocráticos ao redor do mundo, e doméstica, com os ataques à democracia americana, fica clara a importância que a administração Biden dedica ao fortalecimento das democracias, tanto internacionalmente quanto internamente. Por esses fatores, o Presidente e os seus Secretários dedicam uma parcela tão grande de seus pronunciamentos, mais da metade como vimos, para reafirmar que *democracies can still deliver*:

Both our nations—both our nations—understand the imperative of proving that democracies can deliver the needs of our people in the second quarter of the 21st century. We will stand up for democratic principles and universal rights when we see

China or any other country working to undermine free and open societies.” (Joe Biden, The President's News Conference, julho, 2021).

We've just wrapped up what has been an extraordinary, collaborative, and productive meeting at the G-7. Everyone at the table understood and understands both the seriousness and the challenges that we're up against and the responsibility of our proud democracies to step up and deliver for the rest of the world—that's what the G-7 is all about—and rallying the world's democracies to meet the challenges that the world faces and deliver for our people and for people, quite frankly, everywhere.(Joe Biden, The President's News Conference, junho, 2021).

Look, there's no doubt that we've been experiencing in recent years what some have called a democratic recession, and we see countries falling back on some of the basic hallmarks of democracy. [...] And so that is a factor and a feature of life, and at the very same time that that's happening we're seeing the rise in strength of autocracies that are posing a direct challenge to democracies and saying: We can deliver better for our people. And so the main challenge that we have, I think, is to demonstrate exactly the opposite – that, in fact, democracies are more adept at delivering what people need and what they want. (Secretary of State Antony Blinken, NATO Headquarters, março, 2021).

Now, we're gathered here as ministers of defense. And we're all facing an increasingly complex and rapidly evolving security environment. We're fortunate to live as neighbors in a hemisphere of peace, but we must still be candid about our common challenges. [...] The rule of law, human rights, and human dignity have come under attack in our region.[...] And autocratic powers are working to undermine the stable, open, rules-based international order in our region. That includes efforts by the People's Republic of China to gain regional influence. Now, many of our national leaders have recently demonstrated their commitment to tackling those challenges.[...] As President Biden said at the Summit of the Americas, “It is our duty to show our people the power of democracies to deliver when democracies work together.” (Secretary of Defense Lloyd Austin, Conference of Defense Ministers of the Americas, julho, 2022).

Nesses pronunciamentos podemos perceber com clareza o papel que a democracia, e a defesa da democracia, desempenham na administração Biden. O discurso de política externa desse governo se encarrega de afirmar, repetidamente, que no embate entre autocracias e democracias do séc.XXI as democracias prevalecerão. Tanto o Presidente como seus Secretários reiteram que os regimes democráticos são os mais capazes para proteger os interesses e suprir as necessidades dos seus cidadãos. Assim, diante dos desafios do cenário internacional, os Estados Unidos advogam por esse paradigma com toda certeza: *democracies can still deliver*.

6.3. PRINCÍPIOS E MISSÃO AMERICANA NA ADMINISTRAÇÃO BIDEN

Por fim, faremos uma breve investigação quanto à existência, ou não, de vínculo entre democracia e segurança dos EUA na administração Biden e se ainda existem resquícios dos três princípios e da missão americana de Bush e Clinton (CASTRO SANTOS, 2010) no atual governo. É interessante observar que no primeiro documento de fundamentação da política de defesa e externa de Biden, o já mencionado "*Interim National Security Strategic Guidance*",

podemos perceber diversos traços dos Princípios e da Missão democratizadora. O documento, divulgado meses após o ataque ao Capitólio, reforça a necessidade de proteção da democracia e, por esse motivo, possui uma retórica que se encaixa com os princípios da tradição liberal americana. Vemos claramente menções ao 1º e 2º princípios (CASTRO SANTOS, 2010), ou seja, todos os povos têm interesse em se tornarem democráticos e a democracia contribui para a segurança do mundo todo e a propagação da paz:

I firmly believe that democracy holds the key to freedom, prosperity, peace, and dignity. We must now demonstrate — with a clarity that dispels any doubt — that democracy can still deliver for our people and for people around the world. We must prove that our model isn't a relic of history; it's the single best way to realize the promise of our future. And, if we work together with our democratic partners, with strength and confidence, we will meet every challenge and outpace every challenger. Together, we will demonstrate not only that democracies can still deliver for our people, but that democracy is essential to meeting the challenges of our time (Joe Biden, Interim National Security Strategic Guidance, março, 2021).

Também, é notória a presença do 3º princípio (CASTRO SANTOS, 2010), pelo qual a difusão da democracia é relevante para os EUA pois contribui para sua própria segurança e para a propagação dos seus interesses:

And as we do this work, we must also demonstrate clearly to the American people that leading the world isn't an investment we make to feel good about ourselves. It's how we ensure the American people are able to live in peace, security, and prosperity. It's in our undeniable self-interest. When we strengthen our alliances, we amplify our power and our ability to disrupt threats before they can reach our shores. When we invest in the economic development of countries, we create new markets for our products and reduce the likelihood of instability, violence, and mass migrations. When we strengthen health systems around the world, we reduce the risk of future pandemics that can threaten our people and our economy. When we defend equal rights of all people — of women and girls, LGBTQI individuals, indigenous communities, people with disabilities, and people of every ethnic background and religion — we help ensure that those rights are protected for our own children here in America. (Joe Biden, Interim National Security Strategic Guidance, março, 2021).

A missão democratizadora, por sua vez, não está presente nos moldes da exportação de democracia encontrados no Governo Bush porém o papel de liderança dos EUA em relação ao restante do mundo é ressaltado:

We will build back better our economic foundations; reclaim our place in international institutions; lift up our values at home and speak out to defend them around the world; modernize our military capabilities, while leading first with diplomacy; and revitalize America's unmatched network of alliances and partnerships. [...] We have no time to waste. The simple truth is, America cannot afford to be absent any longer on the world stage. And under the Biden-Harris Administration, America is back. Diplomacy is back. Alliances are back. (Joe Biden, Interim National Security Strategic Guidance, março, 2021).

Finalmente, as menções aos princípios e à missão não ficam restritas ao discurso de Biden, sendo destacadas também por seus Secretários. Nos trechos a seguir vemos

pronunciamentos de Antony Blinken e Lloyd Austin onde encontramos amálgamas dos princípios e da missão, além de um vínculo claro entre o avanço das democracias e o aumento da segurança:

At the same time, we have a profound stake in the strength and health of democracies around the world. First of all, because in all of these challenges that we have to confront and all of these issues that are affecting the lives of our people, our partners of first resort are other democracies. And so we have a real interest in their strength and success. And of course, democracies tend to be more open, more respectful of human rights, less prone to conflict – all the kinds of things that make for a world in which we can actually make progress and not descend into conflict and division. (Antony Blinken, NATO Headquarters, março, 2021).

As President Biden has said, democracy is the hallmark of the Americas. And we believe that the entire Western Hemisphere can be secure, prosperous, and democratic. Our countries aren't just bound together by geography. We're also drawn closer by our common interests and common values—by our deep respect for human rights and human dignity, our commitment to the rule of law, and our devotion to democracy. That spirit is captured by our Inter-American Democratic Charter. And we'll continue to work to achieve its full promise. **Ladies and gentlemen, the more we deepen our democracies, the more we deepen our security.** (Secretary of Defense Lloyd Austin, Conference of Defense Ministers of the Americas, julho, 2022) (grifo nosso).

Desse modo, podemos observar como os valores liberais democráticos, os princípios e a missão americana de fato perpassam as bases da política externa de grande parte dos governos dos EUA e estão presentes atualmente na política externa de Biden, mesmo apresentando diversas nuances quando comparadas aos governos anteriores. Vemos que a aplicação dos princípios e da missão se amoldam às necessidades da atual administração, contribuindo para a construção do discurso que contrapõe democracias e autocracias, e que advoga pela prevalência de regimes democráticos, além de reafirmar a volta dos EUA como líder global após os anos de inflexão do governo anterior.

CONCLUSÃO

Vimos que o estabelecimento da democracia como estratégia de defesa e de política externa dos Estados Unidos é diretamente influenciado pelos valores e interesses da denominada tradição liberal americana, uma espécie de liberalismo próprio aos Estados Unidos que defende que a democracia não só se trata da melhor forma de governo como também que a universalidade da sua aplicação contribui para o benefício de toda a humanidade. A partir disso, observamos que o discurso político estadunidense é inspirado por esses ideais desde os *Founding Fathers* e que em alguns dos mais recentes governos estadunidenses houve continuidade nas estratégias de promoção da democracia como fundamento dos pilares da política externa.

Assim, vimos que os governos Bill Clinton e George W. Bush foram marcadas pelo estabelecimento da exportação da democracia como instrumento diplomático garantidor de segurança, paz e da manutenção dos valores e interesses americanos no cenário mundial. O papel da democracia na formulação das políticas externa e de defesa nos governos Clinton e Bush foi, principalmente, no sentido de justificar as invasões americanas. Como suas doutrinas de política externa eram muito agressivas, sobretudo a de Bush, e envolviam a invasão de outros países, os tomadores de decisão se ampararam nos princípios da democracia liberal e na missão americana como justificativa para intervenções e guerras. O processo de exportação de democracia pelo uso da força passa a ser justificável quando visto pela lógica de que todos os países do mundo desejam se tornar democracias e de que esse sistema coopera para a segurança de toda a humanidade e também dos EUA.

Durante a administração Obama percebemos que a aplicação da democracia liberal na construção da política externa não atingiu os patamares da exportação ativa de democracia pelo uso da força dos dois governos anteriores mas permaneceu sendo um instrumento extremamente utilizado na formulação das políticas externa e de defesa do país. De acordo com a estratégia *Leading From Behind* de Obama, o papel dos Estados Unidos em sua administração passou a ser o de apoiar a construção da democracia, das instituições democráticas e a capacitação das forças de segurança locais enquanto a população dos países alvo se encarregava da mudança de regime e da segurança diretamente. Obama, no entanto, se engajou diretamente com o uso da força na Líbia em ataques aéreos contra o governo de Kadafi.

Já no governo Trump percebemos uma grande mudança nos eixos direcionadores das políticas externa e de defesa na medida em que os ideais da promoção da democracia foram

deixados de lado e o foco passou a estar na política doméstica e no *Make America Great Again*. Assim, as justificativas para ações políticas, econômicas, ambientais e de segurança de Trump remetem, quase sempre, ao *America First*, política que rejeitava o papel tradicional dos EUA como “líder” das nações ocidentais e que priorizava os interesses internacionais dos americanos. Nessa administração o papel dos EUA como responsável pela propagação da tradição liberal e da democracia ao redor do mundo é relegado. Além da inexistência de vínculo entre os valores da Tradição Liberal Americana e os interesses de política externa, vemos também a ausência de vínculos entre democracia e segurança.

Por fim, no governo de Joe Biden vemos o retorno da democracia como um dos principais instrumentos na construção das políticas externa e de defesa dos Estados Unidos, contudo, não se trata de uma estratégia de exportação de democracia como as encontradas nos governos Clinton e Bush, bem como não se enquadra totalmente nos métodos de utilização da democracia no governo Obama. Apesar desse governo não se engajar ativamente na exportação da democracia para promoção dos princípios liberais, os Estados Unidos sob a administração Biden continuam desempenhando sua missão democratizadora por meio do discurso diplomático em defesa das democracias ao redor do mundo diante dos avanços autocráticos, principalmente da Rússia e da China. Assim, Biden e seus Secretários afirmam que *democracies can still deliver*, ou seja, na sua administração a democracia, tanto na política doméstica quanto na política externa, é vista como a grande força capaz de combater o avanço de regimes autocráticos e de vencer os desafios impostos ao longo do século XXI para o bem-estar das populações tanto dos EUA, quanto do resto do mundo. O principal objetivo de Biden é assegurar a todos que as democracias não vão perecer diante do avanço autocrático.

ANEXO

Tabela referente à contagem das menções aos principais temas da política externa do Governo Biden no período de Janeiro de 2021 até Dezembro de 2022:

(Parte 1)

Referências do Presidente e dos Secretários de Estado e de Defesa aos principais temas da política externa no Governo Biden (Jan/2021 - Dez/2022)	Afganistão	Combate Internacional à Pandemia	Rússia/Guerra na Ucrânia	Mudanças Climáticas	China
Presidente Joe Biden	6	18	20	18	19
Secretário de Estado Antony Blinken	25	24	66	19	31
Secretário de Defesa Lloyd Austin	8	9	10	7	13
Total	39	51	96	44	63

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados de 140 discursos do Presidente Joe Biden, do Secretário de Estado Antony Blinken e do Secretário de Defesa Lloyd Austin.

(Parte 2)

Referências do Presidente e dos Secretários de Estado e de Defesa aos principais temas da política externa no Governo Biden (Jan/2021 - Dez/2022)"	Fronteira e Migração	Coréia do Norte	Irã	Defesa da Democracia (Democracies can Still Deliver)	Total de Discursos Analizados
Presidente Joe Biden	3	11	9	18	29
Secretário de Estado Antony Blinken	7	6	26	42	93
Secretário de Defesa Lloyd Austin	0	8	8	11	18
Total	10	25	43	71	140

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados coletados de 140 discursos do Presidente Joe Biden, do Secretário de Estado Antony Blinken e do Secretário de Defesa Lloyd Austin.

REFERÊNCIAS

CALLAGHAN, J; O'CONNOR, B; PHYTHIAN, M. **Ideologies of American Foreign Policy**. New York: Routledge, 2019.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Ano 53, nº 1, 2010.

CASTRO SANTOS, M. H.; TEIXEIRA, U. T. The essential role of democracy in the Bush Doctrine: the invasions of Iraq and Afghanistan. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 2, p. 131–156. 2013.

CASTRO SANTOS, M. H.; TEIXEIRA, U. T. Interests and Values in Obama 's foreign Policy: Leading from Behind? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 58, n. 2, p. 119–145, dez. 2015.

COLLIER, D. Understanding process tracing. *PS: Political Science & Politics*, 44(4), 823-830. 2011.

GOMES, Aureo de Toledo. Análise do Discurso e Relações Internacionais: duas abordagens. *Revista Política Hoje*, Vol. 20, n. 2. p.642-679. 2011.

HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America** - an interpretation of American political thought since the revolution New York: Harcourt, Brace & World, 1955.

HUBER, Daniela. **Democracy Promotion and Foreign Policy: Identity and Interests in US, EU and Non-Western Democracies**. 1ª Edição. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2015.

HUNTINGTON, Samuel. **The Third Wave: democratization in the late twentieth century** Norman and London: University of Oklahoma Press, 1991.

LYNCH, Timothy J. Obama, liberalism, and US foreign policy. *In*: PARMAR, I; MILLER, L; LEDWIDGE, M. **Obama and the World: New Directions in US foreign policy**. 2nd Edition. New York: Routledge, 2014.

PACKENHAM, Robert A. **Liberal America and the Third World**. New Jersey: Princeton University Press, 1973.

ROCHA, Elizabete; CAMARGO, Julia. Análise De Discurso E Relações Internacionais: Considerações Teórico-Metodológicas. 2011. Disponível em: http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Teoria_das_Relacoes_Internacionais/TRIS%209_Julia%20Faria%20Camargo%20AN+%FCLISE%20DE%20DISCURSO%20E%20RELA+%E7+%F2ES%20INTERNACIONAIS%20CONSIDERA+%E7+%F2ES.pdf

SLOAN, Stanley R. **De-Trumping U.S. Foreign Policy: Can Biden Bring America Back?** Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2022.

SMITH, Tony. Democracy Promotion From Wilson To Obama. *In*: COX, M; LYNCH, Timothy J.; BOUCHET, Nicolas. **Us Foreign Policy And Democracy Promotion: From Theodore Roosevelt to Barack Obama.** New York: Routledge, 2013.

STEFF, Reuben. **US Foreign Policy in the Age of Trump: Drivers, Strategy and Tactics.** New York: Routledge, 2021.

TEIXEIRA, ULYSSES, T. A Tradição Liberal e as Origens do Excepcionalismo Norte Americano. 3º Encontro Nacional da ABRI Painel Painel Hris 3 - Antiamericanismo No Brasil, Universidade de Brasília. São Paulo, 2011.

QUINN, Adam. Theodore Roosevelt. *In*: COX, M; LYNCH, Timothy J.; BOUCHET, Nicolas. **Us Foreign Policy And Democracy Promotion: From Theodore Roosevelt to Barack Obama.** New York: Routledge, 2013.